

ÁLVARO VIEIRA PINTO E A EDUCAÇÃO NACIONAL SOBERANA

VINÍCIUS DE AGUIAR CALOTI



TERRIED

ÁLVARO VIEIRA PINTO E A EDUCAÇÃO NACIONAL SOBERANA

VINÍCIUS DE AGUIAR CALOTI



1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Humberto Costa - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

ÁLVARO VIEIRA PINTO E A EDUCAÇÃO NACIONAL SOBERANA.
Vinícius de Aguiar Caloti (Autor) — 1. ed. — Alegrete,
RS : Editora TerriED, 2024.
85 p.

PDF

ISBN 978-65-83367-12-9

1. Educação Nacional 2. Ensino

23-147990

CDD-370-1

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 611.0



10.48209/978-65-83367-12-9



TERRIED

www.terried.com

contato@terried.com

(55) 99656-1914

SUMÁRIO

A acumulação cultural interna e a soberania popular-nacional.....	6
Prefácio do autor.....	16
Introdução.....	19
1. Notas biográficas sobre álvaro vieira pinto.....	23
2. A sociologia do subdesenvolvimento brasileiro ou a “sociologia do vale de lágrimas” de álvaro vieira pinto.....	28
3. Da consciência social, histórica e crítica ao desenvolvimento nacional brasileiro.....	37
3.1 Historicidade, objetividade, racionalidade e totalidade na configuração da consciência crítica.....	46
3.2. Liberdade, existência e autenticidade na abordagem da consciência crítica..	52
4. Educação, Consciência Crítica, Desenvolvimento Nacional, Soberania e Emancipação.....	59
Conclusão.....	65
Referências.....	68
ANEXO I.....	72
ANEXO II.....	73

A ACUMULAÇÃO CULTURAL INTERNA E A SOBERANIA POPULAR-NACIONAL

Por Luis Eustáquio Soares¹

O advento do ciclo trans-histórico da pequena burguesia brasileira

O Brasil tem sido os seus ciclos econômicos, sobredeterminados pelas metrópoles ocidentais; e seus golpes de Estado. Iniciado com o Ciclo da Cana-de-Açúcar no Nordeste, os econômicos ciclos não são um fenômeno brasileiro. São formas coloniais, capitalistas e imperialistas de acumulação primitiva de capital, onipresentes na América Latina, na África e Ásia; e são também e sobretudo formas objetivas de destituição de memórias laborais, econômicas, sociais, culturais, tornando o país dos ciclos sem passado, sem presente e seu futuro. Desalmado.

No que se refere à América Latina, o livro *As veias abertas da América latina* (1971), de Eduardo Galeano, é obra de leitura obrigatória, porque descreve com perplexidade o que advém após cada ciclo econômico: destruição ambiental, prostituição em decadência (o auge é o auge do ciclo), miséria, abandono, tragédias impessoais porque coletivas, de quaisquer. No caso do Brasil, além dos ciclos econômicos houve e tem havido os ciclos de 1) transplantação institucional-cultural e 2) os ciclos de golpe de Estado. Todos cumprem a função de interromper o *continuum* histórico-mnemônico, como o colonial luso, o liberal britânico e o neoliberal norte-americano, para o ponto 1; e os golpes de Estado de 1889, 1930, 1937, 1964, 2016, como exemplos do ponto 2, sem contar as fraudes eleitorais oligárquicas e as interrupções subterrâneas levadas a cabo pelas incessantes interferências de potências imperialistas, em aliança com setores pequeno-burgueses, latifundiários e empresariais.

¹ Professor Titular do Departamento de Letras e da Pós-Graduação PPGL-UFES. Pós-Doutor pela UFMG, USP e UFF, tendo como eixo a área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e da América Latina.

A cada fim de ciclo econômico-cultural, o país se iludia que poderia começar do zero. Do Ciclo da Cana-de-Açúcar, para o do Ouro, em Minas Gerais, uma importante mutação temporal ocorreria, que merece uma reflexão à parte porque diz respeito ao primeiro deslocamento de ciclo, ao mesmo tempo econômico e cultural, com a submissão de Portugal à Inglaterra no início do século XVIII. Os britânicos, nesse contexto, tornaram-se na prática o novo centro colonial do Brasil. Revoltas como Guerra dos Emboabas (1707-1709), Guerra dos Mascates (1710-1711), Revolta de Vila Rica (1720), Inconfidência Mineira (1789) e Conjuração Baiana (1789), para ficar no período em pauta, tinham, como se sabe, Lisboa como referência a ser negada, combatida, embora fosse Londres que efetivamente manipulava as cartas; e se apropriava da maior quantidade possível de ouro e diamante.

Em *Síntese de história da cultura brasileira* (1978), Nelson Werneck Sodrê abordou esse anacronismo apresentando o seu sujeito assujeitado, a saber: a pequena burguesia (categoria imaginária; não é uma classe social) que, segundo o historiador carioca, surgira no Brasil antes da dominância de relações capitalistas de produção, descrevendo-a como flutuante e referenciada tendencialmente na metrópole que representa as novas forças produtivas. Esse fenômeno se transformou em uma lei histórica da estrutura de dependência brasileira, que assim se delineia: uma pequena burguesia inspirada pelo liberalismo de Londres foi seguida por outra referenciada nos estilos de vida do período de hegemonia estadunidense, sem desconsiderar a voga cultural francesa do final do século XIX, percorrendo a primeira metade do XX, misturada com uma prosódia e postura fidalgas, fora do chão nacional.

A acumulação econômico-cultural interna

O comportamento da pequena burguesia, entretanto, não é a exceção, mas a regra. Os ciclos econômicos foram e são projetados pelas metrópoles, no período colonial; e pelas trocas desiguais, sob o domínio do capital monopolista do sistema imperialista europeu-norte-americano. O resultado tem sido o mesmo, desde

sempre: ausência de mercado interno e, como efeito trágico, autocegueira cultural, identitária, político-institucional; insensibilidade para questão da soberania nacional e distanciamento cínico em relação ao destino da maioria excluída, da classe trabalhadora superexplorada, abandonada ao impróprio inferno.

Aagitado internamente pelas demandas das metrópoles, o país não existe para si mesmo; sua pequena burguesia acadêmica, internacionalizada e historicamente desejosa de modas comportamentais, teóricas, estético-culturais e ideológicas estilizadas, como num teatro de máscaras, tem tido como razão de ser a imitação burlesca, porque ideias e estilos fora do lugar, das pequenas burguesias das metrópoles do sistema imperialista ocidental-estadunidense.

Como n'Os segredos das meninas (1656), quadro barroco do pintor espanhol Diego Velázquez (1559-1660), tudo se reduplica: o quadro a ser pintado, representando o burlesco núcleo simbólico da corte espanhola, rei e rainha ao fundo, damas de companhia, bobos da corte, o próprio pintor no ato de pintar, trabalhando, o que é realmente pintado, e está refletido e se refletindo, é a decadência do império colonial espanhol, já superado por Holanda, razão por que, como espelho de espelho, necessita ser replicado simbólica e metafisicamente, uma vez que já perdera o fio da história. É esse especular retrocesso quixotesco das forças produtivas ultrapassadas que as pequenas burguesias brasileiras espelham em si mesmas quanto mais tentam ser o reflexo invertido das novas forças produtivas, encarnando-as num país que recusa a enxergar a si mesmo.

A questão, entretanto, não é moral ou essência metafísica da pequena burguesia; é histórica e econômica. Sem mercado interno, o espelho a ser refletido se olha através do rosto especular do sistema ideológico e biopolítico da metrópole da vez, argumento que pode ser verificado considerando como contraponto os seguintes períodos: de 1822 a 1889 e 1914 a 1964. No primeiro caso, José Bonifácio (1763-1938), Luis Gama (1830-1882), Quintino Bocaiúva (1836-1912), André Rebouças (1838-1998), Machado de Assis (1839-1908), Joaquim Nabuco (1849-1910), José do Patrocínio, (1953-1905), Cruz e Souza (1831-1898) e Euclides da Cunha (1866-1909) são exemplos de intelectuais e homens públicos

que emergiram no interior do Estado Imperial e representaram um projeto de país que teve no axioma de Joaquim Nabuco, de *O abolicionismo* (1988), a síntese dialética da emancipação nacional: “Sem independência não haverá abolição de fato e sem abolição de fato não haverá independência”.

Não se trata de ser favorável ao Império com as relações de produção escravistas que estavam na sua base. A questão em tela é de *continuum* histórico, cultural e econômico. Não obstante a classe letrada no XIX que detinha a indispensável consciência da injustiça social fosse a que militava pelo fim da escravidão e pela república, o advento desta última foi em linhas gerais um golpe de Estado contra o pensamento social, a *práxis* político-institucional que se acumulou, no tempo, durante mais de oitenta anos. No final de *História econômica do Brasil* (2003), Caio Prado Junior se debruçou sobre esse questão assinalando que, após a mudança de regime, em 1889, os arrivistas e os especuladores, afoitos de riqueza fácil, apresentaram-se na linha de frente como os mediadores de seus congêneres das metrópoles, sobretudo da Inglaterra e de EUA, a fim de negociar, leia-se entregar, os espólios não propriamente do Império, mas das riquezas e matérias-primas nacionais por meio das trocas desiguais ratificadas por novos empréstimos, pela financeirização da sociedade brasileira, representada, por exemplo, pelo encilhamento, nome dado à política financeira expansionista especulativa adotada entre 1889 a 1891, gerando inflação descontrolada, aumento da dívida do Estado. O romance *Esau e Jacó* (1994), de Machado de Assis, plasmou de forma singular os dois lados perspectivados, com o velho Conselheiro Aires tipificando o diplomata sensato e ponderado da estrutura de Estado do Segundo Reinado; e Santos, o enriquecido perfil dos novos tempos rendidos ao capital monopólico das Metrópoles, na era da emergência da fase imperialista do capitalismo.

O segundo período de acumulação cultural-político-institucional interna durou, com interrupções, de 1914 a 1964, no interior do qual o país começou a desenvolver mercado interno, com todas as contradições possíveis e imagináveis, sobretudo considerando a dinâmica de industrialização levada a cabo no processo de substituição de importações ocorrido no interior da Primeira e Segunda Guer-

ras Mundiais. E a razão não é outra, senão esta: as metrópoles monopolistas europeias se destruíam em guerras interimperialistas, aliviando a tutela, o controle, chantagens e aflouando a aliança da oligarquia agrário-exportadora e comercial com as manobras de imposições de trocas desiguais realizadas por meio dos diferentes mecanismos de exportação de capitais realizados pelo centro do sistema imperialista.

A Greve Geral de 1917 em São Paulo, a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922 e a Revolta dos 18 do Forte em 1922 situam o país no mundo em ebulição, com epicentro na Revolução Soviética de 1917. Essa convergência é internamente uma deriva da presença das relações capitalistas de produção e com estas dos primeiros esboços de organização da classe operária. Sob o ponto de vista estético-cultural, a Semana de Arte Moderna de 1922, financiada pela burguesia paulista, representou pela primeira vez o esboço de uma burguesia que, longe de ser revolucionária, teve interesse em promover uma vertente mais aguerrida e afinada com a era moderna do sistema mundial capitalista ocidental, composta de uma camada pequena burguesa como os pintores Anitta Malfatti, Vicente do Rego Monteiro, os poetas e escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia, Manoel Bandeira, o escultor Victor Brecheret, os músicos Villa-Lobos e Guiomar Novaes, a ceramista mineira, Zina Aita. De comum todos esses agitadores culturais estavam: 1) antenados com as novas modas europeias, sobretudo considerando as vanguardas artísticas, com epicentro na França; 2) comprometidos em dialogar como a diversidade cultural brasileira.

Havia, por certo, muita ingenuidade no grupo, expressa no geral por meio de um espírito anarquista e iconoclástico, não sendo por acaso que o poeta, escritor e ensaísta, Oswald de Andrade, filho da burguesia paulista e representando a linha de frente do *Zeitgeist* vanguardista da pequena burguesia cultural europeia, tenha feito, no prefácio de *Serafim Ponte Grande* (2010), romance de 1933, a sua autocritica retrospectiva nos seguintes termos: “Fui um palhaço da burguesia”. Faltava a essa geração materialismo histórico-cultural. O rompimento com a oligarquia do café com leite, com o Golpe de 30, representou um baque importante para o sistema oligárquico agrário-exportador que centralizava o poder,

em aliança com a arquitetura imperialista sobretudo anglo-saxônica. As relações capitalistas de produção superaram as do setor rural.

Na dialética da transformação da quantidade em qualidade, abre-se uma janela para o acerto de contas literário com o passado colonial brasileiro, a começar com a plasmação ficcional do passado colonial do Brasil dos engenhos de cana-de-açúcar, tendo como referência o Nordeste da oligarquia fidalga e patriarcal e o surgimento de escritores como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz. Com a incisividade estético-realista mais expressiva de Graciliano Ramos, em linhas gerais esses escritores detinham a vantagem realista do distanciamento, sob os seguintes prismas: 1. ser uma geração posterior ao primeiro Modernismo, marcadamente pequeno-burguesa e referenciada nas modas vanguardistas europeias; 2. por se situarem no âmbito das relações capitalistas de produção, posição que subsume e faculta um olhar mais plástico e crítico sobre as relações sociais de produção ultrapassadas do mundo do latifúndio e dos engenhos de açúcar patriarcais.

Tanto o ponto 1 quanto o 2 acima explicitados, referenciaram também a emergência da retomada do pensamento social brasileiro, abandonado na segunda metade século XIX. Em 1933, surgem Caio Prado Júnior com *Evolução Política do Brasil* (1980), obra que procurou atar os fios que se romperam entre o passado e o presente; e *Casa-Grande e Senzala* (2018), de Gilberto Freyre. Mais adiante entram em cena Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil* (1995), obra de 1936; e Nelson Werneck Sodr  com *História da Literatura Brasileira em seus fundamentos econômicos* (1940) O país volta a pensar a si mesmo, a formação de seu povo, de sua cultura, história, perspectivas. De 1930 a 1936 o país se agitou como nunca, impulsionado pela acumulação cultural-institucional interna, com o avanço da organização da classe operária cada vez mais trazendo para as suas frentes de luta as pequenas burguesias no geral ambíguas e hesitantes.

A ditadura Vargas de 1937-1945, como parte intrínseca da inércia dos ciclos dos descontínuos *mnemônicos*, emergiu com as mesmas caras do Antigo Regime colonial, fantasiadas de gestos elegantes de fidalgos do latifúndio, assim como, entre os espertos atrás de riquezas, com a reatualização dos arrivistas

pós-1889, estilo Santos, de Machado de Assis, com o objetivo de frear a acumulação histórico-cultural-econômica interna, protagonizada pelas massas, pela classe operária, com os pés no chão da realidade social brasileira. Foi o momento das prisões em escala nacional de quem fosse filiado ao PCB, de intelectuais e escritores dignos do nome, de operários e camponeses com consciência de classe, assim como dos expurgos dos quadros mais nacionalistas das Forças Armadas. O país sofria mais um revés em seu *continuum* histórico-social e cultural.

Após 1945, fim da Segunda Guerra Mundial, a saga da acumulação cultural, econômica, social, numa palavra, civilizacional, é retomada, num contexto diferenciadamente adverso. Se o século XVIII marcou o fim da transplantação cultural-institucional portuguesa, com progressivo instalar-se da transplantação cultural-institucional britânica no país, a hegemonia estadunidense em escala ocidental-planetária iniciou o terceiro processo de transplantação cultural-institucional e econômica no país, num contexto em que, em diálogo com Nelson Werneck Sodré de “A verdade sobre o ISEB”, o: “[...]curto intervalo entre o fim da Segunda Guerra Mundial, em que o nazismo, o fascismo e militarismo japonês foram derrotados, e o mundo ter parecido ter entrado numa fase de desenvolvimento pacífico – e o início da chamada guerra fria, quando o mundo ficou novamente dividido e a luta ideológica assumiu proporções ameaçadores (SODRÉ, 1986, p. 36)”.

Entre 1945 a 1964, o país tentou retomar os fios que foram rompidos com a ditadura Vargas precedente. Essa reatualização do materialismo histórico-cultural e econômico propriamente brasileiro ocorreu tendo em vista a seguinte encruzilhada geopolítica: 1. a que dizia respeito ao processo de transplantação cultural britânico-europeu, intensificado após o golpe de Estado de 1889; 2. o início de uma terceira onda de transplantação cultural, agora protagonizada pelo imperialismo norte-americano, com sua indústria cultural e a sua guerra fria contra o eixo socialista que tinha como centro a URSS e a China. No primeiro caso, houve síntese dialética interna com a transformação da quantidade em qualidade de acumulação cultural, política, econômica e social em função das dinâmicas de substituição de importações ocorridas entre 1914 a 1945, da dominância das re-

lações capitalistas de produção, das lutas operárias, da densidade estético-crítica da cultura e do pensamento social brasileiros. No segundo, a síndrome sisífica de o “começar de novo” foi gradativamente (com o apoio da repressão da Ditadura Militar de 1964), tomando conta do país, com a endocolonização romântico-reacionária do *american way of life*, e com a instauração, em terreno, das indústrias de consumo da tríade imperialista de EUA, Europa e Japão, financiada com empréstimos contraídos das metrópoles, sobretudo de Washington, agravando, assim, o endividamento e a dependência, chamados ironicamente de “milagre econômico brasileiro”.

O golpe de 1964 não é um caso isolado, mas trans-histórico, sendo mais um capítulo das forças militares conformadas como braço armado da transplantação cultural metropolitana e sua arquitetura de extração de renda e superexploração do trabalho. Um dos efeitos mais positivos do processo materialista de acumulação cultural interna, lastreado no desafio da emancipação nacional, é a formação de quadros nacionalistas que passam atuar internamente nas instituições, inclusive no interior das Forças Armadas. O Vargas eleito pelo voto popular, empossado em janeiro de 1951, é o que vai abrigar um grupo de intelectuais, inclusive assessores, que se ocupará da pesquisa de aspectos diversos da realidade brasileira, a fim propor projetos referenciados no desafio da expressão das potencialidades do país, de maneira multidisciplinar, interrelacionada. Surge então o IBESP, Instituto Brasileiro de Economia e Política, tendo como secretário-geral Hélio Jaguaribe e a revista *Cadernos de Nosso Tempo* como referência de publicação e divulgação. Um de seus idealizadores, Alberto Guerreiro Ramos, foi quem formulou o convite para Nelson Werneck Sodré, intelectual marxista mais importante das Forças Armadas, a integrar o grupo.

Com o suicídio de Vargas e o cerco da ala pró-ianque de integrantes das Forças Armadas, o IBESP foi destituído. No seu lugar, o presidente Café Filho criou por decreto O ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, com orçamento próprio, liberdade de expressão e de cátedra. Dedicou-se, na fase de Juscelino Kubitschek, a dar suporte de pesquisa para o desenvolvimento soberano nacional. Contava entre seus

membros Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Antonio Candido, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, Ignácio Rangel, Sérgio Buarque de Holanda, Abdias do Nascimento, entre outros, além do autor que é o objeto de estudo deste livro, Álvaro Vieira Pinto e a educação nacional soberana, fruto de trabalho de pesquisa cuidadosa de Vinícius de Aguiar Caloti.

Investigando obras fundamentais de Álvaro Vieira Pinto, como *Consciência e realidade nacional* (1960), *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956) e *Sete lições sobre educação de adultos* (1993), Vinícius Caloti conseguiu, neste livro, articular as duas primeiras à terceira, retomando, sob o prisma filosófico, a importância de atualizar o projeto de educação emancipadora, de caráter nacional-desenvolvimentista, partindo da mobilização/consciência popular, proposição de base do filósofo carioca, acatada pelo autor deste livro.

O problema fundamental, entretanto, dessa filosofia da *práxis* de uma educação nacional-desenvolvimentista, lastreada na mobilização popular, reside no revés sofrido pelo precário e contraditório processo de acumulação cultural interna com a emergência da hegemonia estadunidense e, com esta, com a plena vitória da transplantação cultural realizada, via indústria cultural, pelo Tio Sam. O país patina no absurdo e se referencia ainda hoje totalmente no *american way of life* e por causa disso, também, porque o modelo ianque é absolutamente contrarrevolucionário e antinacional, toda o materialismo histórico real, ao mesmo tempo nacional e desenvolvimentista, ainda que precário, levado a cabo de 1822 a 1889 e de 1914 a 1945, com um pico entre 1951 a 1964, tem sido desprezado e vilipendiado, para não dizer absolutamente desconhecido.

Uma coisa é certa, de qualquer forma, sem retomar o processo interno de acumulação cultural, cerne irrecusável de uma pedagogia existencial-social-civilizacional-independentista, alma brasileira, o Brasil ficará sempre vulnerável a um novo ciclo de golpes. Este livro de Vinícius de Aguiar Caloti está na contra-mão das pesquisas pequeno-burguesas contemporâneas, predominantemente apoloéticas das modas advindas de Washington. É livro ousado porque se referencia a uma época e a um autor que se dedicaram a pensar na e a *práxis* da independência nacional, de modo anti-imperialista, o Brasil para as brasileiras e brasileiros; para as classes populares.

Referências

ANDRADE, Oswald de. **Serafim Ponte Grande**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 50. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 1971.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Sete lições sobre educação de adultos**. Petrópolis: Vozes, 1975. 120 p

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **História econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da história nova**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. **História da literatura brasileira em seus fundamentos econômicos**. 3. ed. São Paulo: Cultura Brasileira, 1940.

_____. **Síntese de história da cultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

PREFÁCIO DO AUTOR

Este livro é um produto da adequação de um texto monográfico destinado à conclusão do curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), composto em apenas três dias de um recesso docente de uma semana das redes municipais de Cariacica e Vila Velha (ES), mais especificamente, na terceira semana de julho de 2022. Um período no qual se arrastava uma pandemia de Covid-19, havendo ainda resquícios de medidas de isolamento social, sobretudo na UFES, onde, mais tarde, defendi esse texto numa banca do Departamento de Filosofia (DFIL) do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHN) efetuada online.

A propósito, um período em que o país era administrado por um governo de extrema direita, personificado pelo Capitão Jair Bolsonaro (PL) – “efeito Trump no Brasil”, “fascista à brasileira”, familista político pertencente ao baixo clero da Câmara Federal e neoliberal, que ironicamente “venceu às eleições”, num segundo momento, após um “golpe brando” de Estado materializado no *impeachment* contra Dilma Rousseff (PT), em 2016, sem haver fatos jurídico-administrativo-contábeis. Impedimento que foi orquestrado por um condomínio jurídico, político, midiático, policial e parlamentar autoritário, desencadeando dois anos de gestão (2016-2017) de Michel Temer (MDB), que pode ser descrito como um “governo cipaio de ocupação neocolonial”, de desmonte do Estado brasileiro e devastação dos direitos sociais e econômicos da classe trabalhadora. Retomando, a gestão Bolsonaro foi formalmente legitimada por eleições pandilhadas pelos mais variados crimes eleitorais perpetrados pela extrema-direita, associados a uma gama de operações psicológicas [*psyops*] contra a psiquê coletiva da maioria da população, inclusive, agenciando o uso de algoritmos nas redes sociais e os disparos em massa de *fake news*. Estado da situação que deriva de um enredo entre uma fração hegemônica da burguesia brasileira e o estamento militar, sobredeterminado pelo imperialismo norteamericano e o capital corporativo internacional.

No final de 2022, vieram as eleições numa sociedade marcada por uma intensa polarização política e ideológica entre dois projetos de país. De um lado, haveria a continuidade da extrema-direita no poder, que intensificaria a devastação do Estado, dos direitos sociais e econômicos dos trabalhadores, o saqueio dos ativos nacionais pelo imperialismo yankee, o ecocídio, o etnocídio, a barbárie fascista do capital, o negacionismo científico, o colonialismo interno, o racismo estrutural e de classe contra a imensa maioria do nosso povo. Do outro lado, a possibilidade da reconstrução e transformação nacional, encarnado por Lula da Silva (PT), um dos maiores líderes populares da história do Brasil, após desatar-se de uma condenação injusta efetuada pela Operação Lava Jato, mundialmente conhecida como um dos maiores casos de *lawfare* nesse país, permanecendo 580 dias na carceragem da Superintendência da Polícia Federal de Curitiba. Fato que ensejaria a retomada de um projeto de Estado com um conteúdo minimamente nacional, popular, soberano, industrializante e desenvolvimentista, focalizado em políticas sociais e direitos universalizantes, mirando o progresso econômico e social da nação.

Foi neste contexto político, sócio-histórico e cultural que escrevi a monografia a qual lhes apresento, por meio desta adaptação livresca. Num estágio de minha vida em que eu já era um Mestre em Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UFES, que acompanhava o cenário quotidiano das relações políticas nas esferas regional, nacional e internacional, a partir do mundo do trabalho, atuando no Ensino Fundamental, de modo a comungar ideias, concepções, perspectivas, estudos, avaliações, análises, intensamente em multivariados encontros com os Professores Drº. Luis Eustáquio Soares e Msc. Marcos Rocha.

Ademais desses dois personagens curiosos supracitados a quem muito devo, aproveito o ensejo para agradecer à minha mãe, dona Ivone, por haver me apoiado, quando decidi estudar Ciências Sociais e Filosofia, com o objetivo de me tornar um Professor da Educação Básica, até a aquisição de dois cargos em Prefeituras e ao Profº. Drº. Antônio Vidal Nunes, quem aceitou o desafio de me

orientar em relação a um trabalho monográfico de Filosofia com profícuas interfaces com as Ciências Sociais e a Economia Política, produzindo muita celeuma no Departamento de Filosofia da instituição. Trabalho cujas leituras foram muitas vezes feitas em viagens de cerca de 4,5h diárias, dentro dos ônibus do sistema transcol e cujas ideias foram, a miúdo, maturadas numa plêiade de conversas com pessoas muito qualificadas, tais quais, reitero, os docentes Drº. Luis Eustáquio e Msc. Marcos, em longos diálogos noturnos nas muitas etnografias realizadas nas periferias da Serra (ES).

INTRODUÇÃO

Poderíamos afirmar que um projeto nacional de desenvolvimento guarda relação com a configuração de políticas econômicas centradas no crescimento e na qualificação da produção industrial, com escopo na “produção do valor” (MARX, 2011) ou na criação de riquezas, a partir da constituição de infraestruturas sociais e econômicas, por meio da intervenção do Estado na economia, partindo-se de uma concepção de economia política keynesiana, não obstante as estruturas de “subdesenvolvimento” brasileiras (VIEIRA PINTO, 1960; FURTADO, 2009) ou a sua inserção num contexto de “capitalismo dependente periférico” (MARINI, 2021), desde uma economia internacional globalizada ou uma forma de “capitalismo mundial integrado” (WALLERSTEIN, 1974).

A condição *sine qua non* à impressão de um projeto [neo]nacional-desenvolvimentista no Brasil é uma concepção de educação com enfoque no processo de desenvolvimento, seja em meados do século XX, conforme o idealizado por próceres da *intelligentsia* brasileira, assim como em: *Condições sociais do poder nacional* (1957) em Guerreiro Ramos, *Formação e problema da cultura brasileira* (1960) em Roland Corbisier, *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956) em Vieira Pinto, *Perspectiva atual da América Latina* (1960) em Mendes de Almeida, *Condições institucionais do desenvolvimento* (1958) em Hélio Jaguaribe, *Educação e desenvolvimento nacional* (1958) em Bastos Silva, *Dualidade básica da economia brasileira* (1958) em Ignacio Rangel, a partir de instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Ou mesmo, no primeiro quartel do século XXI, mediante a aplicação de perspectivas mais coetâneas, bem como em: *Plano de reconstrução e transformação do Brasil* (2020) da Fundação Perseu Abramo [vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT)], *Projeto nacional: o dever da esperança* (2019) do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em conexão com o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (2009) em Celso Furtado, *A era do capi-*

tal improdutivo (2017) em Ladislau Dowbor, *Desenvolvimento e crise no Brasil* (2003) em Bresser-Pereira.

A ideia de desenvolvimento nacional torna quase indiscerníveis e pertinentes determinadas questões, tais como: educação, ideologia, identidade e cultura nacional, consciência social, desenvolvimento e realidade nacionais. Cientes de que, enquanto sociedade, se quisermos engendrar um projeto eficaz de desenvolvimento do Estado-nação brasileiro, será necessária a formulação de uma proposta de educação social dirigida não somente à qualificação funcional das grandes massas populares para a sua inserção no mercado formal de trabalho, mas também uma educação ideologicamente orientada à constituição de uma consciência sócio cultural brasileira, crítica ao processo histórico e ao “metabolismo social do capital” (MÉSZÁROS, 2011), uma “consciência [fenomenologicamente] autêntica” (VIEIRA PINTO, 1960), reflexiva quanto aos seus traços identitários e fatores culturais. Isto é, uma “consciência em si” e “para si” (VIEIRA PINTO, 1960) que se concebe como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), imbuída de um destino nacional compartilhado.

No período de 2015 a 2016, assistimos à configuração de um golpe jurídico-político, parlamentar, midiático e policial autoritário que resultou no *impeachment* da Presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff (PT), sem haver crime de responsabilidade. “Golpe brando”, posteriormente ratificado pela ascensão do bolsonarismo, amparado pela difusão de *fake news*, disparos em massa, “agenciamento coletivo de enunciados” (DELEUZE, GUATTARI, 2008), conjugando-se a mídia de massas e a massa de mídias, ao instaurar um regime político “neofascista à brasileira” e ultraliberal no sentido econômico que promoveu a destruição dos direitos sociais e econômicos da classe trabalhadora, o arrasamento do Estado brasileiro, a alienação dos ativos que compõem o patrimônio público nacional ao capital corporativo transnacional, a desindustrialização e a elisão dos postos de trabalho na “economia real”, a escalada do custo de vida, sobretudo do preço dos combustíveis e dos alimentos, o corte na carne das políticas sociais implementadas nos governos anteriores, o desmatamento da região amazônica, o

genocídio da nossa população, em função da inação perante o sars-cov-2, conjugado com o negacionismo científico da doença etc. Anela-se ainda pelo fim desse ciclo político de devastação da classe trabalhadora e de destruição da economia produtiva nacional, agravando as situações de pobreza, miséria, desigualdade social e do desemprego massivo. Em nossa acepção, somente um projeto neonacional, social e desenvolvimentista poderá promover a reconstrução nacional e a transformação das estruturas sociais, garantindo a retomada do crescimento da economia brasileira e dos investimentos em políticas públicas e sociais.

De 2003 a 2015, exemplarmente, nas gestões do Governo Federal pelo PT, experienciamos a aplicação de um modelo neonacional-desenvolvimentista muito tímido, o que salvaguardou um ciclo de desenvolvimento econômico e social, incrementando alguns indicadores de desenvolvimento humano (IDH): 1. o salário mínimo obteve um aumento real de 76% (CNTRV, 2016)²; 2. o crescimento real da renda do conjunto da população chegou a 38%; 3. a presença de negros na Universidade cresceu 268%; 4. a mortalidade infantil caiu 45% no mesmo período; 5. 10 milhões de novas famílias das regiões Norte e Nordeste passaram a ter acesso à água de qualidade; 6. o acesso à energia avançou sete vezes mais rápido entre os 5% mais pobres (SUL 21, 2017)³; 7. o Brasil chegou a ser a 6ª maior economia do mundo em 2011, desbancando a Grã-Bretanha; 8. o coeficiente Gini do Brasil, nos cálculos do Banco Mundial, passou de 58,6, em 2002, para 52,9, em 2013 (BBC Brasil, 2016)⁴.

É por essas, dentre outras razões, que a nossa proposição de investigação anseia delinear as configurações de uma concepção filosófica de educação, com vistas a um projeto nacional, social e desenvolvimentista, incitado nos estudos acadêmico-teóricos, filosóficos e epistêmicos de Álvaro Vieira Pinto, utilizando,

2 Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Vestuário (CNTRV). Disponível em: <<http://cntrv.org.br/noticias/entre-2003-e-2015-salario-minimo-teve-aumento-real-de-76-b75b/>>. Acesso em: 05 de julho de 2022.

3 Sul 21. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2017/11/estudo-faz-balanco-de-avancos-sociais-entre-2003-e-2015-e-alerta-para-retrocessos/>>. Acesso em 05 de julho de 2022.

4 BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru>. Acesso em 05 de julho de 2022.

sobretudo as obras *Consciência e realidade nacional* (1960), *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956) e *Sete lições sobre educação de adultos* (1993). Da mesma forma, indagamo-nos acerca dos contornos de sua concepção nacional-desenvolvimentista e da configuração da consciência social autêntica apresentada na obra desse filósofo brasileiro, partilhando da premissa de que é necessário proceder à formulação de um projeto educacional, imbuído de uma forte orientação político-ideológica, com o escopo de mobilizar socialmente as “massas oprimidas” para essa finalidade [*telos*].

Desse modo, no primeiro capítulo tecemos algumas considerações sobre a biografia do autor. No segundo, ponderações acerca do subdesenvolvimento nacional e a sua conseguinte sociologia dos países subdesenvolvidos. No terceiro, abordamos as modalidades de consciência social, desde uma perspectiva histórica, lógica e dialética, enfatizando algumas categorias essenciais para a compreensão de uma consciência crítica necessária ao desenvolvimento nacional. Já no último capítulo, elaboramos algumas considerações sobre a *práxis* pedagógica, orientadas à aquisição da consciência crítica, com vistas ao desenvolvimento nacional, à soberania popular e à emancipação social.

1. NOTAS BIOGRÁFICAS SOBRE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Antes de discorrermos acerca do pensamento de um intelectual, enfaticamente um filósofo brasileiro como Álvaro Vieira Pinto (AVP)⁵, infelizmente um “notório-desconhecido”, faz-se necessário entretecer algumas notas sobre a sua biografia, em função do desapego da *intelligentsia* dos países periféricos em relação aos seus próprios intelectuais. Os cursos de Filosofia, senão as Universidades em nosso país e, quiçá, em toda a América Latina e na maioria do sul global, frequentemente parecem-nos delineados por uma racionalidade metropolitana, notadamente influenciados por uma cosmovisão e um *soft power* estadunidenses, em decurso da relação entre imperialismo, geopolítica, economia política, teoria, *epistème* e cultura, muito bem delineados por autores quejandos Octavio Ianni (1989), Edward Said (2011) e Frances Stonor Saunders (2000), que impedem o desenvolvimento de uma razão e de um pensamento genuinamente autóctones, com lastro na realidade nacional e na vida do povo.

Dizemos isso, ao excogitarmos, a partir de obras tais quais a *Crítica da razão tupiniquim* (1994), escrita por Roberto Gomes, na época da ditadura civil-militar e empresarial, que continua atualíssima, ao indicar que na filosofia brasileira: 1) ainda se decalcam os problemas históricos e os cânones filosóficos europeus, a miúdo sem um *approach* histórico-crítico e reflexivo; 2) frequentemente nos apropriamos de forma acrítica de uma filosofia estrangeira, desconsiderando o nosso contexto sócio-histórico, econômico, antropológico e cultural; 3) a seriedade guarda mais relação com a forma que com os conteúdos abordados, predominando uma “razão ornamental”, caracterizada por uma sobresselente rigidez e ritualização no pensar, escrever e falar, ao enfatizar-se mais os decalques dos arquétipos previamente consagrados.

Convergimos parcialmente com Gomes (1994), ao acreditar que, se a filosofia brasileira quiser formalisticamente “sair do sério”, isto é, tornar-se conse-

⁵ Doravante, referiremo-nos à Álvaro Vieira Pinto como Vieira Pinto, Vieira ou pelo acrônimo AVP, com o intuito de não sermos muito repetitivos na escritura deste trabalho.

quente, precisa abandonar o angloeurocentrismo, o academicismo e o viés *tout court* culturalista, reinventando-se de forma antropofágica, “barroca” (LEZAMA LIMA, 1988), *sui generis*, visando habilitar-se à produção de um pensamento verdadeiro em relação à nossa realidade concreta, vibrante, nacional e popular. Tanto a “razão tupiniquim”, quanto a filosofia brasileira “devem descobrir-se no Brasil”, de modo a efetivamente serem levadas a sério, isto é, virem a ser devidamente consideradas. Devemos nos indagar sobre as reais condições para o florescimento de uma filosofia originalmente brasileira, que ao meu ver, deve ser materialista, histórica, dialética, crítico-reflexiva, sincrônica e diacrônica, a fim de efetivamente dialogar com categorias como ética, estética, poiética e guardar um “conteúdo latente” (FREUD, 1996) nacional-popular.

Afinal, um conteúdo que extrapole a ideia de “filosofia entre-nós” (GOMES, 1994), perfazendo uma reflexão onto-gnosiológica sobre o “ser brasileiro”, salientando as nossas verdadeiras angústias perante a existência, ao focalizar questões objetivas, concretas, assim como a linguagem brasileira, a cultura nacional, a identidade coletiva, a realidade social do país; as mazelas do subdesenvolvimento, da pobreza, da miséria, da fome, das desigualdades sociais, da geopolítica do imperialismo norteamericano, de modo a planejar estratégias de desenvolvimento econômico, industrialização, inovação, ciência, tecnologia, desenvolvimento das forças produtivas, distribuição de renda, investimentos em políticas sociais, visando com-possibilidades de um futuro melhor compartilhado, denunciando as nossas falsificações existenciais e históricas.

Para Gomes (1994), a nossa alienação filosófica, em linhas gerais, repousa no esquecimento do nosso próprio “sentir-pensar”. As críticas endereçadas ao *modus operandi* da Filosofia no Brasil, aduzem-se, até o presente, mediante um robusto discurso que ressona com outras perspectivas que combatem a continuidade do poder colonial [imperialista], que se expressa em nosso país e na América Latina, em suas dimensões social, política, econômica, cultural, militar e epistêmica. Nesse contexto, escolhemos nos debruçar sobre o pensamento de Vieira Pinto, remontando aspectos de sua biografia, com o propósito de refletir-

mos acerca de uma concepção filosófica de educação para o desenvolvimento do país, preocupados com a situação de nosso povo e com um pensamento intrinsecamente brasileiro.

Álvaro Vieira Pinto nasceu em 11 de novembro de 1909, na cidade de Campos (RJ), inserido numa família de pequenos comerciantes locais. Após a conclusão de seus estudos básicos no Colégio Santo Inácio, em Botafogo (RJ), cursou Medicina na Faculdade Nacional de Medicina da Guanabara, além de Física e Matemática na Universidade do Distrito Federal. Estudou literatura, filosofia, grego e latim mantendo profícuos contatos com o ambiente intelectual paulista dos cafés do Largo do Ouvidor. Lecionou Filosofia e Física na educação básica, exercendo a vice-presidência da Ação Universitária Católica do Rio de Janeiro (AUC), quando acadêmico de medicina. Posteriormente, dedicou-se aos estudos e pesquisas laboratoriais na Fundação Gaffré e Guinle carioca, ao envolver-se em investigações sobre os efeitos da radioterapia e da elevação da pressão atmosférica no tratamento e cura do câncer. Ministrou Lógica-Matemática na Universidade do Distrito Federal, Lógica e História da Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil (CÔRTES, 2003).

Durante breve tempo, devido àquilo que Alceu Amoroso Lima chamou de “reação espiritualista”, fez parte da Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo de inspiração fascista liderado por Plínio Salgado. Concepção, *a posteriori* superada, por meio de estudos mormente filosóficos, sociológicos e econômicos acerca da realidade social brasileira, arraigados num pensamento dialético, sobretudo hegeliano que, paulatinamente, transitou em direção a uma concepção materialista da história, progressista e crítica, deveras preocupada com o subdesenvolvimento nacional e a situação do nosso povo. Doravante, citaremos algumas publicações pelas quais se responsabilizou, indigitando a importância do seu pensamento, obra, trabalho editorial e militância política para a constituição de uma razão e um pensamento originalmente brasileiros.

Em 1941, Vieira Pinto assina a coluna mensal, *Estudos e pesquisas científicas* para a revista *Cultura Política*, que reuniu os mais importantes intelectuais

do Estado Novo, dedicando-se à crônica das vidas acadêmica e científica brasileiras. Em 1949, publiciza *Considerações sobre a lógica do antigo estoicismo* na Revista da Faculdade Nacional de Filosofia. Depois, confeccionou o ensaio *Ti-meu* de Platão, discutido e aprovado por vários helenistas consagrados de origem europeia. Em 1950, constitui a tese de livre docência, *Ensaio sobre a dinâmica na cosmologia de Platão*, postulando o cargo de professor titular na cadeira de História da Filosofia da FNFfi.

Em 1951, publicou uma tradução fielmente literal do *Poema de Parmênides* na revista estudantil do Diretório Acadêmico da referida FNFfi. Em 1955, chefia o Departamento de Filosofia do recém-criado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Em 1956, leciona na Universidade Colombiana e também na Universidade Nacional do Paraguai, onde recebe o título de doutor *honoris causa* (CÔRTEZ, 2003). Em 1956, no auditório do prédio do MEC, com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek, proferiu a aula inaugural do ISEB: *Ideologia e desenvolvimento nacional*, aduzindo os objetivos da criação desse instituto, de modo a descrever os fundamentos teóricos, filosóficos e democráticos que orientavam o empreendimento intelectual de compreensão da realidade brasileira. Traduziu o livro *Razão e anti-razão* de Karl Jaspers, publicado pelo ISEB, em 1958, escrevendo a sua introdução.

Escreveu a obra *Consciência e realidade nacional* em seus dois volumes, no biênio 1960-1961. Em 1962, publicizou: *A questão da universidade e Por que os ricos não fazem greve?*. Organizou, identicamente, os *Cadernos do povo brasileiro* com textos tais quais: *Que são as ligas camponesas?*, de Francisco Julião; *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré; *Quem dará o golpe no Brasil*, de Wanderley Guilherme; *Como atua o imperialismo ianque?*, de Silvio Monteiro; *Como seria o Brasil socialista?*, de Nestor de Holanda (CÔRTEZ, 2003). Em 1963, publica o artigo *Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento*, pela *Revista Brasileira de Estudos Sociais* do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG.

Em 1964, O Brasil sofre um golpe de Estado que instaura uma ditadura civil-militar-empresarial de 1964 a 1985. Neste ínterim, exilou-se de 1964 a

1968, publicando *El pensamiento crítico en demografía* no Chile, pelo Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE), órgão da ONU. Em 1966, publica artigos em revistas universitárias chilenas. Em 1967, oferta o curso que originará o livro *Ciência e existência* também pelo CELADE, a ser publicado em 1969, sobre os problemas filosóficos da pesquisa científica. Nesse mesmo ano, também oferta um curso de extensão a uma turma de médicos sanitaristas, a convite da Escola de Saúde do Chile.

Em 1982, publiciza *Sete lições sobre educação de adultos*, partindo de anotações de aulas oferecidas, ainda no exílio chileno em 1966, encontrando grande sucesso editorial, maiormente nos bancos universitários das faculdades de Pedagogia. Uma das obras que influenciou profundamente os pensamentos dos filósofos e educadores brasileiros Demerval Saviani e Paulo Freire, expoentes de duas escolas pedagógicas, a saber, as pedagogias histórico-crítica e do oprimido que fundamentam teorias educacionais e *práxis* pedagógicas com caráter sócio-crítico, reflexivo e emancipatório. No capítulo seguinte, abordaremos a sociologia do subdesenvolvimento formulada pelo autor, a partir de sua interpretação da realidade social brasileira enquanto processualidade.

2. A SOCIOLOGIA DO SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO OU A “SOCIOLOGIA DO VALE DE LÁGRIMAS” DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Anteriormente, intertecemos algumas notas sobre a biografia de Vieira Pinto, destacando não apenas elementos de sua obra, mas também a sua importância intelectual para a formulação de uma filosofia e um pensamento social brasileiro e latinoamericano consequentes. Neste capítulo, pontuaremos algumas observações sobre a sua sociologia do subdesenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário, antes, abordar a importância das ideias de “trabalho” e “alienação” na consciência e no mundo social.

Vieira Pinto principia as suas considerações acerca da questão, estabelecendo uma relação direta entre a *práxis* do trabalho e aquela da produção do saber, nas consciências individual e coletiva, em razão do ente humano dispor da capacidade de transformar o conjunto das ideias do seu pensamento em ações. Ao efetuar tal operação, configura-se, no ser do homem, a noção processual, paulatinamente, de modo a perceber que as ações e as ideias, de maneira recíproca, modificam-se tais quais processos perfectíveis. Cabe destacar que, as ideias são as mediadoras entre as intenções e as ações humanas no mundo, para permanecer vivo e, com isso, modular a construção de todos os processos que permeia, seja o científico, o cultural, o econômico, o educacional, o social etc. Enfim, o trabalho humaniza o homem, quando o pensar fazendo e o fazer pensando formulam um processo dialético de construção de si e do mundo orientado para uma vida realmente digna de ser vivida (VIEIRA PINTO, 1960; FÁVERI, 2014).

Nessa perspectiva, o trabalho é considerado um longo e complexo processo histórico que se constrói por meio de repetições e avanços gradativos, afigurando, progressivamente, a consciência humana que se pressupõe em concomitância com o progresso no pensar e no agir. Ao presumirmos, logicamente, que a consciência é efetivamente consciência d’algo, ao idealizarmos o subdesenvolvimento,

verificamos que a consciência seria a consciência das massas oprimidas sobre o estágio de infra-desenvolvimento da nação. A partir desse entendimento, as massas podem vir a perceber possibilidades de humanização, aspirando a um projeto de desenvolvimento nacional. A consciência do mundo é outrossim consciência de si, desde que convirjam e numa razão proporcional, com o desígnio de superação da condição de dependência da nação que engatilha a opressão e a desumanização do ser dos homens em suas condições existenciais (VIEIRA PINTO, 1960; FÁVERI, 2014).

Na sociedade mercantil, o ser humano apresenta uma função inversa a qual se destina, que é constituir a sua essência ou o seu ser, de modo a construir a sua humanidade. Ao invés do trabalho ser para o homem, este devém para o trabalho. Nessa acepção, o homem se torna atributo, coisificando-se e o trabalho é convertido na centralidade da vida humana, animizando-se. Eis a essência do “fetichismo da mercadoria” (MARX, 2011). Ou seja, o homem está no mundo somente para o trabalho, proscrevendo-lhe quaisquer outras oportunidades concretas, senão essa, sendo-lhe, pois, denegado em seu direito de ser integralmente feliz. Assim se explica a essência da escravidão humana dentro da lógica sócio-metabólica do capitalismo, mediante a alienação do homem pelo trabalho. Enfim, o ser humano, como afirma Vieira Pinto (1960), “não prepara o trabalho para si, mas é preparado, na qualidade de objeto manufaturado, para o trabalho” (p. 344). Noutras palavras, o homem não se apropria do trabalho, sendo assim instrumentalizado como uma ferramenta de trabalho. A relação de trabalho entre patrões e empregados, é, portanto, uma relação sujeito-objeto. Em tal situação, o trabalho não forma o animal humano, deforma-o. Assim, a sociedade se constitui numa força organizada contra o ser da existência humana.

A relação sobrecitada necessariamente nos conduz a reflexões acerca do regime social, uma vez que o mesmo estrutura as relações e as (inter) subjetividades dos sujeitos, assim condicionando as possibilidades dos homens e as situações que lhes acometem. Situações nas quais perdem o estatuto ontológico de verdadeiros sujeitos que, por direito existencial, impendem-lhe, de maneira a

descair-se (desumanizando-se) à categoria de objeto do poder impessoal que os maneja como uma mera mercadoria com preço e prazo, sentindo-se seu proprietário, desincumbido de quaisquer obrigações ontológicas quanto ao trabalhador. Essa interação desumanizadora de sujeito-objeto, senhor-escravo, vai se aprofundando, gradualmente, em todas as esferas sociais, até se plasticizar num paradigma de relações, sob a concepção das massas, conformando-as uma consciência da necessidade de aceitação da opressão no “ser do oprimido”, naturalizando-o na condição de assujeitado, em nome dos valores adstringidos pelos sujeitos (senhores) que se apropriaram dela como bem de consumo.

O contexto que demarca as condições de desumanidade do ser humano, não o permite realizar a sua expectativa de sobrevivência e desenvolvimento, de forma crescente, até granjear o bem estar pessoal e uma igualdade mínima nas condições sociais de produção da existência para si e ao conjunto da nação em que se encontram as massas empobrecidas de uma nação dependente. Desse modo, Vieira Pinto (1960) tipifica essa situação inumana, ao enfatizar que o homem do país desenvolvido apenas realizará o seu ser, no sentido de vir a “ser autêntico” (SARTRE, 1987), quando desenvolver de modo pleno o seu mundo, compreendendo como o desenvolvimento do mundo, o *desarrollo* do país, um “imperativo categórico” (KANT, 2004) que encerra um estatuto de axioma existencial.

Partindo dessa idiossincrasia, considera como inautêntico um ser humano que habita um mundo subdesenvolvido, uma vez não lhe serem ensejadas as condições objetivas mais plenas de possibilidade, nem as subjetivas [conscienciais] pelas quais o *self* se constituirá em seus modos de ser mais adequados. Dessa forma, o “estado da situação” (BADIOU, 2008) onde se encontra não lhe possibilita desempenhar outras atividades, compelindo-o ao exercício de sua humanidade num conjunto ínfimo de escolhas existenciais, pela prática de um número existencialmente exíguo de atos livres. Assim, quanto mais atrasado for o estágio da realidade nacional, menos o ser será efetivamente humano e, conseqüentemente, estará em piores condições de fruição de modo concreto e atual das com-possibilidades existenciais que o desenvolvimento civilizacional lhe oferta.

Depois de enlarmos uma correlação entre trabalho e alienação num país de capitalismo dependente e (ou) periférico, denominado pelo filósofo em discussão de país subdesenvolvido, ingressamos nos umbrais de sua “sociologia dos países subdesenvolvidos”. A princípio, o conceito de subdesenvolvimento pode ser considerado uma contradição histórica, representada por meio da oposição entre “países centrais” e “países periféricos”, onde os primeiros impõem aos segundos, sob as mais variadas formas, inclusive mediante regimes “autocráticos burgueses” (FERNANDES, 1975), sejam eles fascistas, ditatoriais ou [ultra]neoliberais, subcondições de existência às maiorias sociais, ao desencadear desigualdades sociais várias, tais quais: estagnação, pobreza, miséria, ineficiência no desenvolvimento das forças produtivas e nas relações de produção capitalistas, de maneira a eclipsar as possibilidades de compreensão acerca da sua realidade social oprimida, (cog)nominada como “Vale de Lágrimas”, iterando a condição de desumanização em que as massas trabalhadoras do país são submetidas pelas potências imperialistas, os capitais corporativos (trans)nacionais e as elites burguesas (inter)nacionais.

Neste sentido, Vieira Pinto (2008) constrói a sua “Sociologia do Vale de Lágrimas”, asseverando a necessidade de realizar estudos sobre as condições materiais, objetivas e subjetivas da classe trabalhadora brasileira, refletindo sobre a “superestrutura [política]ideológica” (MARX; ENGELS, 2005) que ancora a sua “alienação econômica” (MARX; ENGELS, 2005), sendo, pois, necessário compreender, o caráter sócio-histórico, político, econômico, cultural e ideológico contido nessa alienação e a sua incoerência lógico-conceitual. A gênese de seu rótulo execrável e de seu “agenciamento de poder” (DELEUZE; GUATTARI, 2008) para a defesa dos interesses das classes dominantes, em destaque as oligarquias internacionais, expressos no seu vocabulário litúrgico. A função do pensamento crítico e da *intelligentsia* na análise e desvelamento desse criminoso embuste iterado pelo povo, arraigado profundamente em sua consciência ingênua como uma “prece”, que os leva a acreditar previamente que somente pela aceitação desse salmo do dia, dos rituais e da obediência que a acompanham, podem encontrar uma solução para as suas aflições.

A análise científica da estrutura socioeconômica das classes antagônicas na relação entre o capital e o trabalho na esfera do vale de lágrimas. Finalmente, o desenvolvimento de uma compreensão coerente, sistemática e de conjunto acerca da situação dramática que acomete a nossa sociedade e o nosso povo, avivando a convicção de que apenas a construção de uma teoria revolucionária capaz de conjugar os esforços dos humilhados e oprimidos resultará no desnublamento da ilusão que os cega e na “plena revelação” de que o “lugar natural de sua vida” não é “o tenebroso e martirizante desfiladeiro de dores”, mas a consecução dos bens materiais necessários e desejáveis, com vistas a melhores condições para a realização subjetiva da felicidade (VIEIRA PINTO, 2008).

Para Vieira Pinto (1960), os países de capitalismo dependente não dispõem de liberdade, visto estarem submetidos a um cerceamento de suas condições materiais e objetivas, sendo, então, atravessados pela ignorância, pobreza e opróbrio social. Em seu entendimento, “devir livre” implica romper tamanho isolamento, em vista da consecução do desenvolvimento, *conditio sine qua non* não haverá uma liberdade necessária, destrinchando uma questão que não deve ser interpretada como um poder inscrito na essência dos seres humanos, mas como um significado de “atos concretos” que suprimem o jugo do subdesenvolvimento e, por conseguinte, como qualidade do ato e não do agente. A sua teoria se parametriza em torno de um “povo-agente”, descrevendo-o como um sujeito que protagoniza “atos livres” e coletivamente constroi a sua história, referindo-se a um povo do porvir. AVP não concebe a liberdade como consequência da essência do agente em relação aos atos, o que descambaria numa perspectiva metafísica. Todavia, contrariamente, deriva-a da qualificação dos atos para aquela do agente, consoante uma significação sociológica e histórica.

Com a determinação de superar o Vale de Lágrimas do subdesenvolvimento brasileiro, Vieira Pinto defende um projeto alternativo de desenvolvimento para o país, diverso em relação à perspectiva modelada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), ou seja, ansiando um desenvolvimento soberano quanto às forças externas e autônomo em relação ao âmbito da nação. Todavia,

o que fora essa instituição e qual era a sua mundividência [*Weltanschauung*] de desenvolvimento, tendo em mira as significações adjudicadas por Vieira? O ISEB se constituiu como um movimento de intelectuais nacionais que, em sua preocupação com o pensar acerca dos problemas do país, organizou uma mobilização em prol do pensamento brasileiro autêntico e desalienado, com o mister de coordenação e difusão de uma ideologia nacional com o objetivo de engajamento na superação do estado de subdesenvolvimento e letargia em que a nação se encontrava. Por intermédio de seus quadros, intencionava estudar, formular, pesquisar e traduzir autores e obras necessárias à aquisição da consciência nacional concernente ao seu subdesenvolvimento e à luta pela suplantação desse estágio, mediante um esforço desenvolvimentista (BRASIL, 1955).

Segundo Bresser Pereira (2004, p. 28), a “ideia de desenvolvimento do ISEB” seria um conceito histórico de “revolução capitalista”, por meio da industrialização e da revolução nacional, que faculta ao país a capacidade de tomar as suas próprias decisões, basicamente em razão dos interesses nacionais. O desenvolvimento decorrente da revolução capitalista é arraigado sobretudo na acumulação de capital e do progresso técnico, condição sem a qual não seria possível a sobrevivência das empresas nacionais, envolvendo planejamento e estratégia. Posto isso, poder-se-ia complementar o conceito de desenvolvimento isebiano, como um processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de uma nação, sob a égide da liderança estratégica do Estado nacional, protagonizado pelos empresários nacionais. A ideia de desenvolvimento nacional se realiza nos quadros de cada Estado-nação, sob a égide de instituições delimitadas e afeiçoadas pelo Estado. Para Vieira Pinto (1960), desenvolver um país, identicamente significa sobrepujar os seus atos-limite, em geral, indicadores de embargos, internos e externos, que obstaculizam a atualização de possibilidades reais do mesmo, de modo a liberar a realidade atual de tais entraves.

Os meios necessários para se desencadear o desenvolvimento nacional, envolvem um estudo infatigável em torno das causas das desigualdades entre as classes sociais, com a intenção de promover a igualdade de oportunidades e as

condições materiais de vida, objetivando-se a superação das condições intoleráveis de subumanidade em que o grosso do povo brasileiro se encontrava naquele período sócio-histórico e, porventura, ainda se encontra (VIEIRA PINTO, 1960). Por isso, a ideia de desenvolvimento deveria ser conectada a um projeto de “libertação integral” da maioria da população, com a intenção de desbancar a condição de miserabilidade, enfocando uma vida mais digna que aquela do estágio de dependência econômica.

Os meios para se efetuar um desenvolvimento profundo e abrangente da sociedade, carregam, diretamente, na construção de uma consciência social. Ou seja, nas interpretações de Vieira Pinto seria imperativo despertar uma consciência social nas massas trabalhadoras acerca da importância de assumirem um papel protagônico na transformação das estruturas sociais, econômicas e históricas que salvaguardam o estado de subdesenvolvimento no qual nos encontramos. Para Vieira, somente a força popular advinda duma consciência coletiva da necessidade de mudanças socioeconômicas, oriundas “de baixo para cima, seria o meio possível para resolver os problemas ligados às condições deprimentes de existência em que se encontrava a maioria da população do país” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 32-44).

Noutros termos, Vieira Pinto (1960) depreendia que o *leitmotiv* da transformação social se assenta na força que o povo detém em suas mãos, como classe explorada, postulando, aprioristicamente, (re)conhecer a necessidade de uma mudança radical, enraizada num projeto global pertinente a uma elaboração coletiva da consciência nacionalmente compromissada com essa mudança. Assim, o desenvolvimentismo seria uma teoria e uma ideologia social que anseia por uma crítica do sistema (neo)colonial e do capitalismo dependente que, ao longo da história de nosso país, induziu e erigiu políticas de Estado repressoras contra a nossa população, em razão dos influxos das elites rural e urbana, classes dominantes sob a ótica do colonialismo interno, dentro da divisão internacional do trabalho, associadas ao “capital-imperialismo” (FONTES, 2010) europeu e, principalmente, norteamericano, erigindo um sistema que favorecia a desigual-

dade no acesso às condições concretas de existência das maiorias sociais, que são “minorias sociológicas” (GIRALDELLI Jr., 2013), uma vez não deterem a “hegemonia” (GRAMSCI, 1968) do e no “aparelho de Estado” (ALTHUSSER, 2022).

O conceito de desenvolvimento de Vieira desconsidera uma tese da economia política burguesa, indigitando que desenvolvidos seriam os países que alcançaram um certo nível quantitativo de desenvoltura em suas economias, ao anuir que tal conceito guardaria relação com a ideia de soberania, ou seja, com um modo de ser existencial da população autônoma, indiscernível das igualdades socioeconômica e cultural. O autor insiste e persiste em simbolizar que somente a lógica dialética pespegada de um caráter materialista-histórico estaria habilitada à apreciação da correlação entre os diversos processos nacionais, destituindo as matrizes quantitativas comparativas utilizadas pelas disciplinas universitárias, permeadas por epistemologias vinculadas ao capital-imperialismo. Em seu discernimento, a dialética do desenvolvimento é indestrinçável da luta do povo por sua ascensão política, crendo, decididamente, numa revolução política transformadora (FÁVERI, 2014; FAVERI; NOSELLA, 2007).

Após a definição do que seria a ideia de desenvolvimento em sua compreensão, AVP deslinda a noção de um desenvolvimento qualitativo, apenas atingível quando se empenham os recursos e as riquezas naturais exclusivamente para a satisfação das necessidades do país e do povo, promovendo um desenvolvimento orientado “para dentro”. Em sua percepção, consegue-se a superação do isolamento estrangeiro e do subdesenvolvimento, mediante um projeto de desenvolvimento realizado no, para e pelos marcos dos quadros nacionais, na direção de enlear e afirmar, o máximo possível, a autonomia do Estado-nacional e do povo pela superação original e genuína dos problemas e das deficiências nacionais, em todos os setores que mantivessem o nível de subdesenvolvimento do país. Logo, um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção autônomo em relação à nação, soberano em relação aos capitais e às corporações internacionais, como Vieira Pinto o idealiza, afigura uma revolução nacional (FÁVERI, 2014; FÁVERI; NOSELLA, 2007).

No seguimento da apresentação da sociologia do subdesenvolvimento de AVP, destacamos a importância da aquisição de uma consciência crítica, vinculada às ideias de nacionalismo e ideologia desenvolvimentista, com a tenção de esboçar um projeto nacional de desenvolvimento. No capítulo seguinte, abordaremos melhor e de maneira ontofenomenológica, as ideias sobre as tipologias de consciência que o autor desdobra no transcurso da obra *Consciência e realidade nacional* (1960).

3. DA CONSCIÊNCIA SOCIAL, HISTÓRICA E CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL BRASILEIRO

Quando abordamos a ideia de consciência, aclaramos a sua relação com a sociedade, ao conceber que tal imbricação consiste numa forma dobre em que o ser humano propende a expressar as suas representações individuais acerca da realidade. Com frequência, elas podem ser efetuadas como formulações de juízos pessoais e (ou) como apreciações que representam o sentimento geral de uma *communitas*. Neste caso, caracterizamo-las como figurações da consciência social, sendo compreendidas como um fenômeno social e sociológico. É, pois, assim, que dados objetivos podem ser avalizados, apenas importando referenciá-los na constituição da subjetividade individual. Ao concernir sobre a consciência dos indivíduos, Vieira Pinto (1960) assevera as seguintes considerações sobre as suas prefigurações, a partir da vivência do estado criado para cada ser humano, mediante a sua participação pessoal no processo econômico, afirmando que a relação entre a representação e o seu suporte explica-se por intermédio da referência à vivência individual da situação afigurada para cada homem, pela sua inserção no processo social (VIEIRA PINTO, 1960).

Convém-nos, portanto, analisar essa feição de base social, onde se conjugam diversas modalidades da consciência no *totum* social. O valor coletivo da consciência é concedido a um indivíduo devido à posição social [*topos*] em que se localiza, ao codificar a realidade em enunciado. Amiúde, não se consegue depreender a operação efetuada, convergindo-se com o que um outrem afirma, ao incorporar o que os demais anuem, de forma a agregar-se o pensamento dos demais ao seu. Pensamento esse que sempre terá uma base subjetiva, tornando-se comum entre os indivíduos, ao reproduzir-se na subjetividade coletiva. Contudo, quando ele se replica, sem o devido entendimento do que os demais cogitam, mediante a aceitação desimbuída do que é proferido e sem representar para si tal conteúdo, a consciência se torna alienada, caracterizando um processo que,

por vezes, transcorre em ambas as dimensões, individual e coletiva. Vieira Pinto (1960) compreende a consciência como um conjunto de ideias, noções, representações e conceitos organizados em domínios caracterizados de maneira suficiente. Discerne entre duas tipologias de consciência, delineando-as em “ingênua” e “crítica”, de modo a diferenciá-las pelos condicionamentos de seus conteúdos. Assim, a consciência ingênua seria aquela inciente dos fatores e condições que a determinam, enquanto a sua contraparte crítica estaria ciente dessas determinações e complexidades.

A primeira funda a sua reflexão sobre o mundo das ideias, ao explorar a estrutura endógena de suas representações individuais, sem entabular relação direta com a realidade externa. Já a segunda é condicionada pela aceção de que as ideias apresentam sustentação real e que, ao serem organizadas de forma lógica, convertem-se em representações objetivas da realidade. Tal interação entre ideias e mundo, pensamento e realidade, pode ser conceituada como autêntica e verídica. Assim, ao se alargar essa relação dialética entre os mundos interior e exterior, amplia-se de forma qualitativa e quantitativa os conteúdos das representações, instituindo-se a dimensão crítica da consciência. Em consequência disso, a modalidade crítica é a única tipologia da consciência em condição de produção de análises, interpretações e representações coerentes, sistemáticas e de conjunto acerca da realidade nacional, sendo competente para a construção de um sistema de categorias e conceitos gerais que conduzam à interpretação da realidade.

Essa concepção acerca da consciência amplia as possibilidades que quaisquer indivíduos, *ubicados* em quaisquer posições do espaço social, possam chegar ao nível crítico da consciência sobre a realidade. Afinal, um país comprometido com um projeto de emancipação do povo, não pode se desasir do acesso à formação da consciência social crítica, condição necessária para a nação impulsionar um processo de desenvolvimento nacional, mediante a interpretação da realidade brasileira, com ideias engendradas por si mesma, alargando o seu nível de compreensão da realidade nacional, com o propósito de deliberar e pelear pela emancipação coletiva. Para tanto, faz-se necessário que, a partir dos seus

caleidoscópios pessoais, inclusive em relação às suas idiossincrasias, modos e processos peculiares de pensamento, os indivíduos alcancem um certo grau de representatividade significativo, em termos de quantidade e qualidade, na produção da consciência e da realidade nacional, a fim de que a nação caminhe para a referida emancipação.

Daí a necessidade de também refletirmos sobre a (re)construção de instituições e políticas [sociais] públicas de educação que enfoquem na formação da consciência crítica, com o desígnio de estabelecer discussões sobre os problemas locais e nacionais que perpassem os conteúdos dos processos formativos. É preciso desemaranhar o fio condutor desse processo formativo, que é a produção das ideias da comunidade nacional, ou seja, um processo que oportunize a nação construir o seu pensamento como identidade e cultura nacional, assentado nas referências individual e coletiva, tendo como ponto de chegada o desenvolvimento nacional. A teoria geral da consciência da realidade nacional se origina da descrição dos caracteres que aduzem as modalidades de consciência, visto exprimirem a representação da realidade formulada pelo indivíduo, que constitui o seu nível de consciência em relação à realidade nacional, refletido no contexto local em que produz a sua existência.

Consoante Vieira Pinto (1960), somente quando a consciência da realidade nacional refletir simultaneamente o pensamento do existente e o pensamento da existência, revelar-se-á como fonte de consciência da comunidade, apropriando-se dos aspectos do real como significação de fatores da totalidade. A partir daí, a reflexão cognitiva transcenderá os dados singulares e imediatos da realidade, com a intenção de abarcá-la como uma *totum*. Essas representações buscarão aduzir o estado da realidade social sob a forma de juízos gerais que confeccionarão os fundamentos de uma gama de atos que o indivíduo efetivará com o escopo de transformação da comunidade. Assim, serão as ideias vigentes no âmbito da nação cujo correlato objetivo será a própria nação, isso posto, a sua autoconsciência.

A ideia de nação esposada nessa citação é compreendida por Vieira Pinto (1960, apud FÁVERI, 2014) como uma estrutura monolítica, imbuída de grandes dimensões de massa humana contínua, periodicamente nominada como massas oprimidas, por referência à nação subdesenvolvida, senão por massas trabalhadoras. Volvendo à discussão sobre a tópica da consciência, observamos que é no sentido já aventado que a mesma se constitui como consciência social. Vieira Pinto (1960) enleia uma candente relação entre a aquisição de uma consciência crítica sobre a realidade nacional e a promoção de um processo revolucionário que arrebataria o país de sua condição de dependência econômica. Condição cuja qual postula a formulação de uma ideologia social desenvolvimentista que deve impingir às massas, ou seja, vir a ser apropriada pelas mesmas, desencadeando uma movimentação social cujo aspecto econômico seria apenas mais uma variável que, porventura, promova a ascensão da comunidade a outro patamar de existência histórico.

Ao perseguirmos esse fio de análise, chegamos a um momento em que os conteúdos da consciência se transformam em ideologia, o que significa, uma reflexão teórica que estabelece uma relação entre a ideia de desenvolvimento na consciência, particularizando as representações sobre a realidade nacional e a necessidade de unificação dessas ideias, sob a forma de um projeto coletivo para a nação, de modo a engrenar a projeção de ações com esse desígnio (VIEIRA PINTO, 1960). A noção de ideologia guarda relação com um conjunto de ideias institucionalizadas e, por isso, circulante no seio da nação, definindo as vontades coletivas de pensamento e ação.

A saber, a sua acepção de ideologia seria aquela que se constitui como uma forma de consciência da sociedade brasileira atual, estando, assim, arraigada na situação *ipso facto* em que se encontra o país subordinado a um complexo de dominação internacional por potências imperialistas e capitais transnacionais que, portanto, deverá romper, com o intuito de ascender a uma outra fase, mais adiantada de seu processo histórico. Desse modo, faz-se necessário observar na natureza dialética desse processo de desenvolvimento, uma resolução *a priori* da

contradição principal entre o imperialismo e a desigualdade no desenvolvimento social, com vistas a evitar outras formas ademais de contradições hegemônicas, antes de equacionar o antagonismo existente entre as classes e a sua luta como elemento salutar nessa processualidade (VIEIRA PINTO, 1960).

Portanto, a ideologia se coagula com a defesa do desenvolvimento nacional, concernindo a uma peleja, com vistas a uma elaboração ontofenomenológica que envolva fatores ideais e perfaçam a conjuntura social cambiar a forma orgânica de operação, ou seja, ao revés de viger para a produção de movimento, deve-se fazê-la vigorar para favorecer o desenvolvimento. Nesse sentido, o *desarrollo* postula uma sustentação ideológica tão dinâmica quanto os fatores ideológicos que o impulsionam, sendo, pois, necessário mensurar o nível de consciência que as massas trabalhadoras têm sobre si mesmas, caso queira-se que o *proceso de desarrollo* se transforme num processo de emancipação da nação.

Vieira Pinto (1960) pontifica que, enquanto não houver um esforço global das massas oprimidas, fruto de uma consciência coletiva elaborada por seus “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 1968), não será possível a superação do estágio de dependência econômica da nação, não obstante haver um projeto de sociedade, uma vez que somente a força do povo organizada pode encampar um projeto coletivo de desenvolvimento nacional que promova efetivamente a sua emancipação, enquanto um “supranumerário” (BADIOU, 2008), ou o degrau mais baixo de um “personagem coletivo excluído” (DELEUZE, GUATTARI, 2008). Enfim, é nesse prospecto que nasce a sua ideologia do nacional desenvolvimentismo, como um projeto nacional de origem popular, destinado a romper com a dominação que oprime a nação, imposta pelos impérios econômicos superdesenvolvidos ou as potências imperialistas. Com vistas a esse propósito, deve-se promover, no bojo da nação, entre as massas oprimidas, uma “clarificação ideológica” que desvende o mecanismo histórico condicionador da processualidade social, desvelando o valor operatório das verídicas representações sociais da comunidade, ao denunciar como deletérias ao projeto de ascensão nacional, as formas primárias ou ingênuas de consciência da realidade.

Os fatores ideológicos influenciam na dinâmica em que se (re)produz o subdesenvolvimento e transforma-se numa mola propulsora, com o fito de desartar o processo de desenvolvimento, desde que atenda a uma melhoria concreta das e nas condições de vida. Pressupõe-se que um projeto total da comunidade seja um propósito da sociedade inteira, presumindo um certo grau de consciência que exsurge como ideia, para se traduzir em ação social. Somente um projeto de desenvolvimento com esse contorno assume a condição de processo, porque é nutrido por uma consciência social que apresenta um caráter de projeto consciente de desenvolvimento total da nação cujos significados individual e coletivo, em virtude de sua natureza, torna-se vontade e representação de ação no mesmo processo de produzi-lo.

O projeto é ideológico, uma vez ser resultado inexorável da tomada de consciência da realidade, à luz da qual se aduz como oportuno e viável, constituindo-se um propósito cocebido pela sociedade em relação a si mesma. Somente a transformação qualitativa das condições básicas da existência nacional resolverá as dificuldades da conjuntura, sendo insuficiente a mera expansão do crescimento, quando mantida tal ordem de coisas que as constitui. Por conseguinte, um projeto de desenvolvimento essencialmente ideológico deve assumir o caráter e as proporções de ideologia nacional, com vistas à eficácia histórica. Finalmente, não há projeto social sem ideologia de massas, ou seja, sem a devida reunião do pensamento e da vontade popular, por meio de uma representação objetiva da realidade e a decisão efetiva de modificá-la (VIEIRA PINTO, 1960).

Um projeto ideológico para o desenvolvimento, compreendido a partir da lógica dialética e do método materialista histórico, postula uma condicionalidade, que seria considerar como contradição principal, não o antagonismo imediato entre as classes sociais, mas a oposição mediata entre os países centrais e aqueles periféricos, entre os imperialismos dos países desenvolvidos e a soberania nacional dos países subdesenvolvidos, entre os capitais internacionais e os capitais nacionais e, por conseguinte, entre as grandes corporações transnacionais e as empresas nacionais. Todas as demais contradições devem ser consideradas

secundárias, porque podem ser resolvidas em um segundo momento. O subdesenvolvimento é, na tessitura da obra de Vieira Pinto, a contradição histórica fundamental. Por isso, ele esgrime a defesa do nacionalismo como formulação ideológica, suscetível de aglutinar num só projeto nacional, as classes sociais, para superar o estado inumano e opressivo cominado ao país pelas potências imperialistas (VIEIRA PINTO, 1960; FÁVERI, 2014).

Assim sendo, a direção do processo de desenvolvimento enlaça diretamente a intencionalidade da consciência coletiva, porque é na subjetividade da comunidade que operam os fatores ideológicos catalisadores do processo de desenvolvimento. Há uma relação direta da subjetividade com o plano real das coisas. Isso significa que, a consciência não se (auto)produz, sendo um componente de uma relação de intencionalidade com o mundo externo dos fenômenos cujo processo começa pela individualidade, ao representar o mundo exterior, em sua forma particular de pensar e, depois, espalha-se por toda a comunidade, sendo, então, comunicada e discutida entre seus membros, a fim de aceder a uma compreensão razoável das reais condições nas quais produzem as suas existências. Por isso, a consciência está sempre numa relação de dependência com o mundo exterior, porque é sempre consciência de algo, propendendo sempre àquilo que é o seu objeto de representação, ou seja, às coisas reais (VIEIRA PINTO, 1960).

Quando a subjetividade do indivíduo se comunica aos outros por meio da intersubjetivação das consciências, constitui-se a subjetividade coletiva e o sujeito coletivo. A partir dela, configura-se a intencionalidade coletiva. Vieira Pinto (1960) define a subjetividade como um “modo de ação específico do existir humano, pelo qual este se constitui em foco de representações que se opõem, com caráter de polaridade à coisa representada, ligando-se a ela por estruturas racionais diversas” (p. 42). Daí a conclusão respeitante a esse ponto de vista, indicando que a consciência se baliza pela subjetividade, que é, *ipso facto*, o que define o sujeito enquanto tal. Como o sujeito do desenvolvimento é o coletivo da nação, então, o que determina a intencionalidade da consciência coletiva é a subjetividade individual circulante outrossim no coletivo. Logo, se existem várias

modalidades de consciência num determinado espaço sócio-histórico e cultural, identicamente, há várias modalidades de intencionalidade.

Uma vez que a consciência está sempre em relação direta com a sua faculdade de representar o mundo exterior, gradualmente constitui-se a subjetividade, delineando a intencionalidade própria da consciência. Há que se destacar que, em face do estado social, há variegadas modalidades de intencionalidade da consciência. O que permite a circulação e a assunção de uma dada modalidade de intencionalidade coletiva de uma nação é o nexos que essa tem com a teoria da educação colocada em funcionamento no seio da sociedade. As diferentes modalidades de intencionalidade podem ser abreviadas à “ingênua” e à “crítica”, conforme outrora discutimos no decurso desse trabalho. Vieira Pinto (1960) afirma que:

deve haver, portanto, modalidades de intencionalidade, segundo as quais se configurarão os diferentes comportamentos do sujeito, em presença daquilo que representa a si como sendo a realidade nacional, ou seja, deve haver formas ingênuas e críticas de intencionalidade (p. 42).

Com esse conceito de intencionalidade, podemos efetivar uma correlação entre a consciência e a realidade, enquanto uma relação perene, com a intenção de arquitetar uma visão crítica das condições sociais dos países de capitalismo dependente, constituindo-se desde essa relação, a consciência da realidade nacional, seja mediante uma postura crítica ou ingênua acerca da realidade, em função do nível de consciência desenvolvido no contexto sócio-histórico e cultural em questão. Quando a subjetividade se transmuta em objetividade, a intencionalidade coletiva da consciência converte-se em ideologia para o desenvolvimento. A origem, a propagação no meio das massas, a sustentação e a orientação da ideologia do desenvolvimento nacional estão lastreadas num rol de fatores ideológicos independentes e complementares, que se impõem ao conjunto da nação, como tarefa coletiva na sua elaboração e, como processo coletivo na combinação, em forma de projeto nacional comum cuja serventia é aderir ao espírito das massas populares, fabular o projeto político essencial para a nação, produzindo um efeito histórico do desenvolvimento nacional, como *conditio* primeva e finalidade última para a superação do estado social de subumanidade, sancionado às massas

pelo imperialismo dominante, isto é, o “ultraimperialismo dos EUA” (SOARES, 2021), promovendo a liberação da nação oprimida. Por intermédio da relação entre a consciência ocupada com a *práxis* do desenvolvimento examina-se quais os fatores ideológicos que produzem e direcionam o dinamismo teórico-prático do processo de desenvolvimento nacional e quais as vinculações entre eles, depurando a ideologia do desenvolvimento na formulação de projetos (VIEIRA PINTO, 1960; FÁVERI, 2014).

Podemos resumir o que vimos, até agora, no presente capítulo, para uma melhor compreensão da dinâmica da consciência crítica na obra de Vieira Pinto. Numa primeira oportunidade, abordamos a possibilidade da edificação de uma consciência social, a partir de uma interpelação coerente da realidade nacional. Já num segundo, apresentamos como esse filósofo brasileiro elabora uma ideologia do desenvolvimento nacional, enquanto um projeto coletivo com enfoque na libertação do país. Mediante um processo de desenvolvimento, a consciência assume a tarefa de equacionar as variáveis que dependem da intervenção humana, no contexto socioeconômico, cultural e histórico, que consiste na interpretação da realidade que ambiciona transformar. Para ele, o fio condutor que salvaguarda a continuidade desse processo está na transformação da ideologia em possibilidade de ação coletiva. Tal percurso apenas tornar-se-á exequível mediante a elaboração e a execução de um projeto guarda-chuva com escopo na emancipação das massas via desenvolvimento nacional que, necessariamente, desdobra-se em projetos menores, abrangendo os setores mais carenciados da sociedade.

Com o intuito de esquematizar um exame ainda mais minucioso acerca da consciência crítica, efetuaremos uma análise por intermédio das categorias: “autenticidade”, “existência”, “historicidade”, “liberdade”, “objetividade”, “racionalidade” e “totalidade”, divisada em dois momentos, nos tópicos 3.1 e 3.2, consoante uma ordem de importância delas por nós avaliada, como categorias necessárias para uma compreensão dessa modalidade de consciência, *stricto sensu* necessária à fabulação de um projeto nacional de desenvolvimento, com vistas à transposição de nossa dependência econômica e suas mazelas.

3.1 Historicidade, objetividade, racionalidade e totalidade na configuração da consciência crítica

No processo de apropriação cognitivo-intelectual da obra *Consciência e realidade nacional* (1960), observamos que existem quatro categorias fulcrais para a abordagem da constituição da consciência crítica, a saber: “objetividade”, “historicidade”, “racionalidade” e “totalidade”. Ao debuxarmos as duas primeiras, verificamos que a concepção de “cuidado” se colaciona a de “ser humano”, quando cogitamos uma “ideia de país central”, compreendendo o ser humano como um ser prévio à ocupação, ao mesmo tempo que, num “país periférico”, o mesmo postula uma dada compreensão, na medida das circunstâncias sócio-históricas e culturais em que produz a sua existência, mais especificamente, mentalizando-o como um agente da ocupação liberadora, enlevado numa altercação volvida para a sublimação das condições de existência desumanas.

Tal preocupação, bem assim pode ser considerada uma pós-ocupação, o que significa um cuidado conseqüente com a ocupação no trabalho credenciada à condução da criação humana (VIEIRA PINTO, 1960). Para Vieira, essa consciência seria o “modo de ser das massas” coadunadas a um projeto de emancipação nacional. Dessa tessitura, surge um autêntico intelectual orgânico, apto a despertar, *per si* e para si as massas populares, a partir de uma compreensão histórico-crítica da realidade social brasileira, ao contrário de se ocupar com divagações literárias frívolas e infrutíferas da inteligência desocupada.

A dimensão histórica da consciência não editora conteúdos sobre o passado, enquanto objeto de conhecimento, todavia apresenta uma clarividência do momento presente que ele fora. Afinal, a história é, efetivamente, a história do tempo presente, uma vez os seus momentos não aduzirem formas compartimentadas de etapas da vida sedimentadas, mas processos dispostos por um liame da experiência humana em sobreviver e aperfeiçoar-se nessa direção. Por esse motivo, quando o ser humano é analisado a partir de uma concepção histórica, ele sempre se desvelará de modo vivaz, ao irromper com o momento,

num processo dinâmico e infindável ao qual pertence, assim efetivando a sua existência e constituindo-se como um sujeito histórico. Na percepção de AVP, faz-se necessário aos brasileiros edificarem a nação, tencionando uma teoria da educação preocupada com o desenvolvimento nacional, de maneira a guindar o nível de consciência das massas, com o intuito de que elas se comprometam com a construção consciente de um projeto nacional de emancipação (VIEIRA PINTO, 1960; FÁVERI, 2014).

Dessarte, é imperativo a vinculação de modo interativo da consciência à ideia de processo que se inscreve na dimensão objetiva e histórica da realidade, tendo em conta uma concepção objetiva de processo como um fio condutor da história, no tempo presente de uma época, que delinea uma ligação temporal, no qual tal interação entre consciência e processo confabula que apenas mediante novas ideias conseguir-se-á a exata compreensão dos fatos e efetivar-se-ão as transformações imprescindíveis. A necessidade de mudar o conteúdo das ideias da presente consciência social brasileira é premente enquanto requisito para a projeção de melhores condições de vida para as massas trabalhadoras. A objetividade do processo implicará no reconhecimento dessas ideias pela consciência, a qual tornar-se-á, necessariamente, crítica. Sabemos que a consciência intervém de modo ativo no processo objetivo, alavancando-o ou atrasando-o, conforme o nível de compreensão do qual dispõe (VIEIRA PINTO, 1960).

No que diz respeito às categorias de “racionalidade” e “totalidade”, ponderamos que a consciência que vier a colaborar com o desenvolvimento será aquela que estabelecerá um nexos causal sobre as condições materiais e externas que suscitarão os fenômenos individual e social da desumanização. Na acepção de Vieira Pinto (1960, apud FÁVERI, 2014), as massas devem ser levadas à interpretação de sua existência, com o auxílio da ciência nacional, estabelecendo relações de causa e efeito entre os “fatos sociais” (DURKHEIM, 2007) e os mecanismos geradores. Dessa forma, a consciência compartilha das condições genéricas que afiguram a realidade social e, por consequência, constitui-se sujeito mediante uma cordata interpretação da realidade brasileira. Fazendo uso do pensamento

crítico, o ser humano oprimido desperta para o conhecimento de si mesmo na *práxis* social do trabalho, ao chegar-se da realidade concreta e imediata em que vive e age como sujeito comprometido com a transformação dessa realidade.

A nacionalidade da consciência consiste em que essa se sabe situada num mundo cuja existência não é produto de ideação; a qual não é atribuível às condições prévias do espírito cognoscente, mas pertence ao mundo mesmo (VIEIRA PINTO, 1960), constituindo o mundo para si e, simultaneamente, a historicidade do que somos e fazemos ao largo dos tempos. Desse modo, a consciência efetivamente útil para o desenvolvimento da nação é aquela que se formula no ambiente das relações sociais de uma sociedade subdesenvolvida. A valência da consciência em prol do desenvolvimento nacional guarda relação com os lineamentos de uma política acerca da referida ciência nacional, objetivando estatuir racionalmente o trabalho de ensino e de pesquisa. Ambos não podem se dissociar dos fins propostos pela sociedade, devendo assim, estarem indisponíveis ao arbítrio das preferências pessoais, visto serem executados com instrumentos e recursos pertencentes ao patrimônio público, revertendo-se a favor do país. De mais a mais, nos países de capitalismo dependente, o esforço respeitante à conquista da ciência racional e útil deve se tornar cômico, convertendo-se em medida governamental (FÁVERI, 2014).

A consciência deve se transformar no eixo estruturante que embasa e coordena o desenvolvimento nacional, quando consegue refletir sobre a realidade social, com o propósito de delimitar os objetivos sociais da ciência, como variável sobredeterminante na remoção das condições que sucedem na desumanização do homem, no país de capitalismo dependente. Nesse conspecto, Vieira Pinto advoga pela importância do uso da lógica dialética, como maneira conveniente de catapultar o desenvolvimento, atendendo à produção de uma consciência autêntica que adjutore na emancipação nacional e conclame a necessidade de uma ciência eficaz em mensurar as necessidades dos grupos sociais mais desfavorecidos. O conceito de racionalidade como categoria da consciência crítica, denota que a nação é uma totalidade dinâmica, em movimento, levando-nos à reflexão de que

o desenvolvimento material do país está combinado à produção da existência, aprimorada por uma ciência adequada (VIEIRA PINTO, 1960; FÁVERI, 2014).

Daí a necessidade de estabelecer conexões entre a situação real do país e as questões política e científica, enquanto sustentáculo do projeto nacional de desenvolvimento, atribuído com o intento de superação do estágio de subdesenvolvimento de um povo oprimido. Segundo Vieira Pinto (1960), tudo que é nacional é real e, por conseguinte, um fenômeno totalizante. O conceito de totalidade enquanto categoria do pensamento crítico, guarda relação com a definição de diretrizes ulteriores nas quais um processo de desenvolvimento nacional deve se estribar. Esse conceito está inextricavelmente imbricado às categorias do pensamento social e da antropologia filosófica de AVP como produtor da existência. A ideia de totalidade tem como ponto de partida o “real com multiplicidade interiormente estruturada” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 61), onde o pensamento crítico desnuda o nexo de todo fenômeno singular ou objeto a uma totalidade da qual faz parte e percebe não ser lúdimo considerá-lo externo à perene relação a essa totalidade.

A acepção de totalidade se fundamenta na conexão de sentidos entre o fenômeno ou o fato social local com o nacional, sendo, pois, imperativo efetivar a vinculação recíproca entre o local e o nacional, o particular e o geral, num processo de reversibilidade interpretativa e análise que o pensamento efetua em torno da realidade em que o ser humano se inscreve. A realidade é uma totalidade dinâmica em movimento, maneada como um processo e não conforme modelo flexível, para somente ser apropriado pelo intelecto. Os entes que configuram a realidade conformam parcialidades e totalidade que, por meio da representação que o homem realiza, consegue entabular uma interconectividade efetuada na esfera da subjetividade que delineia a imagem total capturada dos fenômenos ou objetos de conhecimento em diversos níveis locais e nacionais.

O mundo é composto de parciais, ou seja, de caracteres existentes, definidos como parcelas de uma totalidade, postulando a referência a esse todo como relação constitutiva do seu ser. Essa relação inter parte e todo, local e nacional,

entrelaça os seres humanos entre si, mediante a atribuição de sentido que os expõe como partes de totalidades, com dimensões várias. Por fim, a ideia de todos parciais e gerais, não rompe a linha de objetividade e racionalidade peculiar do pensamento crítico, imiscuindo-se exatamente nessa atitude superior, que denota o caráter intrincado entre os bens materiais necessários para o bem-estar social, no sentido de sobrepujar o subdesenvolvimento, quando o indivíduo consegue representar na forma de ideia o que e para qual finalidade a sociedade produz tais bens (VIEIRA PINTO, 1960).

Vieira Pinto (1960) compreende a natureza humana como “um ser que está no mundo”, asseverando que, pensar sobre essa dimensão humana, implica na realização de uma reflexão [onto]fenomenológica acerca do homem, enquanto elemento constitutivo do ser da nação no país de capitalismo dependente. Para o autor, o homem é no mundo, está no mundo, adunando em sua pessoa, de forma existencial, as duas acepções numa só, de modo a estar no mundo, com a intenção de ser no mundo, quando a tessitura existencial em que efetiva a sua vida é aquela da nação subdesenvolvida. Ambas as maneiras de estar e de ser no mundo humano apresentam significados suplementares. Assim sendo, estar no mundo se entremostra pelo fato do ser humano estar a conviver com as demais “alteridades” (LEVINAS, 1993), sejam os demais entes humanos ou não-humanos, formalizando para o mesmo a espacialidade circunstante, físicossocial, onde existe e que o circunscreve. O querer dizer, “estar”, ainda, formula-se numa acepção de achar-se incluso no âmbito exterior que o acolhe (VIEIRA PINTO, 1960).

“Ser no mundo” para o homem, significa constituir-se num “ser em”, o que não quer dizer estar de forma passiva no mundo, referindo-se ao modo ativo, dinâmico da presença do ser humano no mundo. “Ser” expressa, nesse contexto, constituir-se “assim como é”, e “ser em”, exprime a constituição “tal como é”, na esfera onde lhe seja dado estar. A existência humana não se depreende sem o mundo que lhe fornece o suporte, antecedendo-o existencialmente e abarcando-o, com o desígnio de possibilitar a cada um, a realização do seu ser (HEIDEGGER, 2006; VIEIRA PINTO, 1960). As duas formas de compreender o homem se con-

gregam no “ser da nação”, porque somente nela a existência é possível e franqueável ao mundo, como suporte anterior ao existir do homem e, simultaneamente, abarcando-o, com a finalidade de que seja possível a realização do ser de cada indivíduo.

Com o auxílio da efetivação, no processo da existência humana, de ambas as modalidades de compreensão do ser do homem é que se superam os vieses metafísicos, ingressando-se num horizonte de eventos mais real, no sentido do que ele é, com a sua faculdade de trabalhar que determina a sua essência. Para Vieira Pinto (1960), o ser que porventura cada um é: o homem deve constituir por meio de seus atos, por impressões passivas e reações ativas. O “estar no mundo” é um dado; o “ser-no-mundo” (HEIDEGGER, 2006) um processo. Enquanto o primeiro menciona o lugar do ser humano no interior do mundo, o ser no mundo, o “ser aí” (HEIDEGGER, 2006), a simples presença envolvente, o segundo aponta o caráter dinâmico e multifacetado dessa realidade, sua fundamental historicidade em cujo decurso o homem constitui o seu ser e a sua história como um fragmento dessa historicidade.

O lugar do qual provém a ideologia do desenvolvimento enquanto elemento de humanização dos seres humanos do país periférico é a nação, ou seja, o lugar-comum, o “sítio histórico” e o “estado da situação” (BADIOU, 2008) em que a classe trabalhadora constitui a sua existência concreta e, por conseguinte, a sua essência. Partindo de uma orientação sócio-histórica e cultural, deve-se tomar a nação como o mundo real onde o ser humano deve engendrar a sua essência, nas dimensões individual e coletiva, ao fabricar o que precisa para a vida e, simultaneamente, produzir o mundo para si, configurando o “mais ser no homem” (VIEIRA PINTO, 1960). Isto é, buscando a transcendência no “mais além” da atitude de estar, de forma simples, no seu contexto, com o intenção de “ser mais” (FREIRE, 1994), opugnando as situações-limite, que são- lhe sempre situações de desumanização, suscitadas pelas estruturas do estar no mundo periferizado.

Rematando a discussão sobre o conceito de totalidade, verificamos que o mesmo prefigura enquanto suporte e indutor do pensamento crítico, afigurando o

eixo estruturante para se efetuar uma revolução social, em oposição a uma revolta que, nas palavras de Vieira Pinto, indicia uma “volta à ré”. Uma revolução, na acepção do autor, seria o epifenômeno de um salto qualitativo adiante, tomando-se como referência o processo histórico. Se uma revolução quiser ser autêntica, precisa influenciar de forma decisiva a vida do povo, ao melhorar radicalmente o destino das massas trabalhadoras, devendo, assim, ser arquitetada por um pensamento crítico, apropriado à configuração de uma ideologia revolucionária de veras eficaz e humana. Esse pensamento somente coabitará em consciências que tiverem a ciência de que a sua finalidade será enfatizar o todo e não as partes, ao ansiar pela construção de um novo Brasil popular, em totalidade, sem costurar as partes rotas, substituir peças agastadas ou retomar ideias anacrônicas (VIEIRA PINTO, 1960; FÁVERI, 2014).

Consequentemente, a totalidade se assenta como um projeto de existência da nação, onde a mesma se converte num todo envolvente que se pressupõe como um nexos universal de sentidos, reportando-se a tudo o que aí existe. Após uma primeira discussão que coalesceu as categorias: objetividade, racionalidade, historicidade e totalidade, para a modelização da consciência crítica, realizaremos outrossim uma segunda, de caráter suplementar, aglutinando as categorias: “autenticidade”, “existência” e “liberdade”, apropriadas por Vieira Pinto, notadamente da corrente filosófica existencialista, com o desígnio de discretizarmos a sua sistematização conceptual.

3.2 Liberdade, existência e autenticidade na abordagem consciência crítica

Em um segundo momento, antes da discussão sobre a importância das categorias “autenticidade”, “existência” e “liberdade”, com vistas a uma compreensão minudenciada do conceito de consciência crítica no pensamento e na obra de AVP, é necessário conceber, consoante o autor, o que vem a ser um “ato livre”. Para Vieira Pinto (1960), um ato é considerado livre, quando for liberador, ou seja, quando assumir de forma consciente, a porfia de modificar o “estado da situ-

ação” (BADIOU, 2008) do mundo que obstaculiza o desenvolvimento nacional, como modo de desenvolvimento integral do ser do homem e da nação.

Assim, os atos livres transmutam-se em “atos libertadores” (FREIRE, 1987), ao modificarem o mundo e a maneira de pensar, num mesmo processo de agir, fundindo-se e produzindo uma mutação da realidade objetiva. Em suma, os atos livres instituem um processo de libertação. Em suas reflexões, Vieira tomou ciência de que a essência da consciência crítica se consubstancia na liberdade de libertar. A liberdade é característica de um ato, o de libertar, e não atributo de um ser. Auferimo-la, quando fomentamos a libertação da realidade, exemplarmente, a da opressão nacional do jugo do subdesenvolvimento. O ato mais genérico da consciência livre, instituidor dela mesma e das demais, efetiva-se no *proyecto de liberación* do mundo ao qual pertence.

Da mesma forma, os atos livres são liberadores enquanto superação histórica das situações-limite do ser humano e da nação dependente. A “situação-limite” (FREIRE, 1987) é a realidade da nação periférica, na qual tomam forma as condições sócioeconômicas de uma existência individual e coletiva. Por causa disso, o subdesenvolvimento guarda relação com um aglomerado de situações-limitantes que emperram a consecução do bem-estar coletivo. Adquirir uma consciência de pertencimento a essa situação real-concreta é o primeiro ato livre, condição necessária para engatilhar o processo de ultrapassamento da situação-limite, empenhando-se no processo de libertação. A situação-limite é compreendida como o “modo de ser” e (ou) estar sócio-histórico de uma comunidade nacional em ascensão, não sendo uma região limítrofe entre “o ser e o nada” (SARTRE, 1987), nem uma abertura para a transcendência metafísica, mas a fronteira entre “o ser e o ‘mais-ser’”, a abertura para a superação histórica. Desse modo, conformam um “significante aberto” (BARTHES, 1977), ou seja, o contorno da margem real que entabula as mais ricas possibilidades, implicando “a mais intensa convocação à liberdade, pois descortinam um infinito de atos a fazer, exatamente aqueles que as devem suprimir como ‘situações- limites’, não são a morada do desespero, mas a da esperança” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 270).

Com a esquematização sobrecitada, torna-se evidente que as situações-limites se manifestam no plano social, enredando uma *communitas* nacional inteira. Por isso, apurar a consciência para a compreensão do estágio de subdesenvolvimento em que se encontra a nação, é o primeiro passo à frente, com meta na formulação de um projeto para a sua sobrelevação, enfim, removendo os obstáculos que circunscrevem e subjagam a comunidade ao estado de pobreza, miséria e atraso. A liberdade, em sua concretude e a consciência política dão suporte à “existência autêntica” (HEIDEGGER, 2006) no ser do homem e da nação. A liberdade da consciência, ao se manifestar em atos-livres, é sempre uma liberdade concreta, visto se transmutar num instrumento robusto e eficaz de superação das situações-limitantes dos seres individual e nacional, em função do desejo e da luta por um mundo melhor que aquele condicionante do atual estado, ou seja, consistindo em admiti-lo, a fim de transformá-lo.

Em razão disso, a ideia de liberdade autêntica avoca o cunho de concretude e historicidade, franqueando ao ser humano, um pensamento crítico no âmbito sociológico, no qual (re)produz a sua existência, por intermédio de ações e relações que entretetece nesse processo. Dessa circunstância de pensar crítico, nasce a autêntica consciência política, uma vez que a compreensão que aduz da realidade, dimana dos atos libertadores. Partilhando da forma do pensamento político, deriva-se a mais alta possibilidade de exercício para a consciência crítica, onde a consciência política congloba o processo material da realidade nacional, fazendo do próprio conhecimento de sua dependência um meio de independência (VIEIRA PINTO, 1960).

Para Vieira Pinto (1960), a existência deve ser interpretada como um fenômeno sócio-histórico e concreto. Com esses fundamentos, pode-se definir os modos de ser da consciência que inexoravelmente estão conectados às formas de “existência autêntica” e “inautêntica” (SARTRE, 1987; VIEIRA PINTO, 1960). A autenticidade guarda relação com a correspondência entre a representação do mundo exterior no pensamento e a faculdade do homem de realização de atos livres sobre a contextura em que vive para transformá-la. Já a “inautenticidade da

existência” se baseia no desligamento do homem em relação ao contexto nacional ao qual pertence, por meio de um pensar generalista sobre a existência. Por consequência, o critério de uma existência autêntica se encontra embasada em dados empíricos, na tessitura em que se realiza a vivência de um pensamento que conduz à abstração da existência.

Ainda no que interessa à discussão acerca da inautenticidade da existência humana, o autor também concebe que as “alienações cultural” e “ideológica” advêm, aprioristicamente, da “alienação econômica”, como decurso do materialismo histórico. O progresso efetivo no processo de liberação nacional mantém uma relação dialética com o pensamento genuinamente nacionalista e a política econômica identicamente nacionalista, devendo, pois, arraigar-se na *práxis* social mais avançada do momento. Interpretado dessa forma, o progresso da consciência nacionalista se identifica com a elisão da alienação. O ábdito da alienação ideológica está imediatamente vinculado à natureza e à finalidade da educação efetuada nos países periféricos. Se a natureza da *práxis* educativa provém da metrópole, hoje, dos Estados Unidos, ela se demuda num potente e efetivo meio de manutenção e catalisação da dominação entre as massas trabalhadoras, influenciando e fortalecendo a consciência nacional alienada e inautêntica. Se, ao contrário, a *práxis* educativa apresenta uma natureza nacionalista, uma vez se originar da interpretação coerente, sistemática e de conjunto da realidade nacional, então a educação se transforma num poderoso instrumental de liberação das massas, visto difundirem as transformações ocorridas no campo socioeconômico, em favor das massas trabalhadoras.

Tal processo de auto-consciência nacional, em geral, principia-se pelas situações regionais, no sentido de que o regional abarca o nacional e vice-versa. Desse modo, podemos tratar da superação local da alienação, por interferência de processos educativos cuja origem advém de iniciativas particulares, enlarguecendo o conteúdo da educação, imbricadas à realidade sócioeconômica e histórica do país, até alcançar a nação inteira, produzindo-se a consciência crítica e autêntica acerca da realidade nacional daquele momento histórico. Assim, um caráter

nacionalista se impingirá à educação como um instrumento de libertação nacional, uma vez engendrar nas massas, uma consciência liberta do jugo de conceitos, didáticas, métodos e teorias provenientes dos países desenvolvidos (VIEIRA PINTO 1960; FÁVERI, 2014). A classe trabalhadora ao se autoperceber livre da submissão teórica imperialista externa, esforçar-se-á, ademais, para melhorar os instrumentos teóricos aqui construídos, em direção ao compromisso com um projeto nacional de emancipação do povo.

As teorias da educação advindas da *práxis* social das massas oprimidas e periféricas, declinam do *habitus* burguês-elitista e colonialmente culturalizado de copiar e transpor, de forma mecânica, modelos teóricos e sistemas educativos forâneos, sobretudo estadunidenses, a fim de instalar e implementar os seus próprios, associados à cultura vernácula, pertinente à realidade política da nação. Logo, a educação se torna uma ferramenta de libertação das massas, ao assumir um caráter popular, no sentido de ampliar e enraizar-se na consciência social de quem somos e o que (per)fazemos. Eis a concepção educacional da qual o país necessita, com vistas à difusão da ideologia do desenvolvimento nacional entre as massas, ou seja, aquela que se nutre do aporte sociológico, proficiente a uma hermenêutica coerente e sistemática do conjunto da realidade social brasileira. Nessa direção, “a escola não faz a revolução, porque a revolução tem que ser feita nela; logo, será conduzida por outras forças, que nela terão de operar a transformação indispensável” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 387).

A liberação das massas oprimidas é *conditio sine qua non* do desenvolvimento econômicossocial que indicará quais teorias e políticas educacionais o país necessitará, postulando um enraizamento na cultura, na *práxis* autêntica e na alma do povo brasileiro. O caráter libertador da educação está imediatamente vinculado à ideologia social confabulada pelos intelectuais associados às forças progressistas e pela sua operacionalidade na direção de um pensar e um agir em direção à transformação que a sociedade de capitalismo dependente necessita para se aprofundar no processo de desenvolvimento nacional. Desse modo, exoneram-se errôneos discursos elitistas neoliberais, sejam neotecnicistas, neoesco-

lanovistas e pós-modernos acerca da educação, em que preponderam nos processos educativos ou aspectos meramente técnicos e (ou) ideológico-coloniais, em detrimento dos conspectos “políticos de alta voltagem”, estando estes imiscuídos na *práxis* educativa de cariz histórico, crítico, reflexivo, nacionalista, libertário e, portanto, emancipatória.

Com a resolução de verter o discurso teórico em compromisso político, o intelectual orgânico, conectado às massas proletárias e aos seus instrumentos políticos de representação, sejam os partidos políticos e (ou) os movimentos sociais, deve experienciar uma forma de conversão do conteúdo e da maneira de pensar, aproximando o seu *modus* de pensar àquele de viver, participando de um processo pedagógico de caráter liberador, radicado no contexto nacional, de maneira a refletir sobre a realidade, a partir do rés-do-chão, efetuando um duplo compromisso social. No primeiro, a escola se achega à realidade e torna-se habilitada a expressar e transmitir a consciência social como vetor da ideologia do desenvolvimento nacional. No segundo, a escola adjutora na formação duma outra espécie de consciência, que exprime, em expressão conceitual, a possibilidade de um relevante contingente da comunidade nacional formar-se e atuar como sujeito (agente) coletivo protagonista na emancipação nacional. Em consequência disso, as massas trabalhadoras, desdenhadas como coisa a ser manipulada pelo capital-imperialismo e pelas burguesias dos países centrais e periféricos, doravante, assumirão, de forma cônica, o papel social de sujeitos agentes e construtores do desenvolvimento nacional, enquanto fio condutor da emancipação coletiva (VIEIRA PINTO, 1960; FÁVERI, 2014).

No pensamento de Álvaro Vieira Pinto, a nacionalidade representa a síntese do sistema categorial que enseja a consciência crítica acerca da realidade nacional, propulsando todas as demais categorias aqui analisadas, inexoravelmente impelindo-nos a uma análise concisa da nacionalidade, qual seja, o que se afigura como a realidade. Elas estruturam o sistema do desenvolvimento da consciência crítica da nação, não devendo ser abordadas como fragmentos ou unidades estanques de um sistema conceptual de pensamento teórico, porém como um conjunto

de concepções interligadas e devidamente metabolizadas, onde a relação dialética entre as mesmas, postula uma reflexão identicamente dialética sobre a realidade nacional, já que, ao interagirem entre si, sobre a realidade social do país, corporificam uma perspectiva histórica sobre o passado recente, configurando um processo umbilicalmente necessário para o entendimento do presente que (co) produzimos (VIEIRA PINTO, 1960; FÁVERI, 2014). Desde esse movimento lógico-dialético do pensamento fundeado no materialismo histórico, pincelamos uma concepção de educação acima no texto, a partir do pensamento de Vieira Pinto, que melhor pormenorizaremos no capítulo que se segue.

4. EDUCAÇÃO, CONSCIÊNCIA CRÍTICA, DESENVOLVIMENTO NACIONAL, SOBERANIA E EMANCIPAÇÃO

Partindo de sua antropologia filosófica, Vieira Pinto (1956) ruma uma teoria educacional cuja tarefa primeva mantém relação com a configuração de um ser humano cultivado ou socializado para a formação e a promoção do desenvolvimento nacional, ao procurar (re)pensar os hodiernos esquemas educacionais, com a intenção de acrescer ao que é salutar e útil em nossa tradição pedagógica vernácula, esforços ademais acerca da criação de uma nova mentalidade cultural ou cultura social.

Consoante uma acepção que consideramos ontofenomenológica, existencialista, hermenêutica e nacionalista de Vieira, as massas oprimidas carregam a possibilidade de portar uma consciência histórico-crítica e reflexiva, da “classe em si” (LUKÁCS, 2003) à “classe para si” (LUKÁCS, 2003), visto (re)cognoscerem a realidade, recorrendo à ação direta e (i)mediata do trabalho de “suas próprias mãos”, enquanto atividade ou amaterialidade heideggeriana. De uma certa forma, as massas trabalhadoras “descrevem” a ideologia de que o projeto da nação necessita. “Fazem, mas não o sabem”, enquanto os intelectuais vinculados às massas, por vezes, “sabem, mas não o fazem”. É papel da intelectualidade, desde a sua firme aderência à ideologia popular, sistematizar esse pensamento, até o presente, alheio da ação. Logo, compete aos intelectuais orgânicos, sobretudo aqueles formados na esfera das ciências humanas, particularmente sociólogos, filósofos, economistas, historiadores, literatos, pedagogos etc; (de)codificar uma ideologia neo-nacional, social e desenvolvimentista latente para a classe trabalhadora, tendo em vista dominarem as formas e os conteúdos necessários, materializando-a num programa político (ROUX, 1990; FÁVERI, 2014).

Para Vieira Pinto (1960, 1993), a educação necessária ao país periférico que anseia ultrapassar a sua fase histórica, apenas deve ser formulada e conduzida por

quem apresenta um determinado grau de consciência crítica acerca dos processos que compõem a realidade, pois uma educação oportuna, necessária, consequente e viável é aquela que possibilita a tal consciência crítica incender o surgimento de outra consciência crítica. O filósofo brasileiro obtempera que, infelizmente, os nossos professores, não apenas os da educação básica, afigurariam consciências pouco preparadas para o trabalho em direção a essa finalidade. Em sua maioria, seriam precariamente formados em nosso país, para atuarem em salas de aulas, considerando-se críticos e letrados, não obstante a sua circunscrição à esfera da consciência ingênua.

Vieira Pinto (1993) não se equivoca com a ideia de “educação bancária” (FREIRE, 1987), isto é, com o lapso de amearhar um tesouro ignoto de conhecimentos que deveria ser transmitido a seus discípulos, asseverando que o educador deve experienciar um processo de formação permanente, preparando-se de modo contínuo para um dos fatos da existência humana que é o encontro de consciências livres, remetendo-se à interação entre educadores e educandos e aos educandos entre si. Desse modo, anelava pela constituição de uma pedagogia filosófica que postulava a reunião de dados ou elementos advindos de quatro setores do saber: 1) da teoria do conhecimento ou do pensamento (dialética); 2) da sistematização dos atos do conhecimento em seus variegados apontamentos; 3) do estudo fisiológico ideal da psicologia; 4) da teoria do desenvolvimento humano, enfatizando os aspectos históricos, demarcados pelas mais diversas culturas e civilizações.

Da mesma forma, pugnava por uma *práxis* pedagógica idealizando (auto) consciências que se fecundassem entre si, onde os educadores aprendessem com os educandos e vice-versa, ansiando engendrar uma teoria educacional que não fosse teórica *stricto sensu*, corrigida pela prática das salas de aulas e do próprio ato de ensinar, configurando uma síntese dialética entre teoria e prática, teoria-prática, ou simplesmente, *práxis*. Uma prática que não se algaravie como simples exercício, já que precisa ser convalidada conquanto compreensão teórica. A sua compreensão histórico-crítica de educação pode ser adumbrada pelas seguin-

tes categorias: “objetividade” - isto é, o aspecto social do progresso pedagógico; “concreticidade” - a saber, o caráter vivo da educação como transformação do ser do humano; “historicidade” - ou seja, pensar a educação como processo histórico; a “totalidade” - quer dizer, a reflexão sobre a educação como um ato social que enleia o ambiente íntegro do existir humano, o país, o mundo e todos os fatores culturais e materiais que influenciam na sua existência (VIEIRA PINTO, 1993).

Álvaro Vieira Pinto, bem como Paulo Freire, sempre conjugaram o verbo educar como intransitivo, ou seja, associando à *práxis* da educação a ideia de objetivo, ao descaracterizar o educando como *objectum* [coisidade], de maneira a (ex)cogitá-la como um fluxo dialético entre consciências, através de um diálogo agradável, cordial, senão amoroso. Uma das contribuições de AVP seria a exposição da ideia de saber, desvinculada do caráter de dado absoluto, ao descrevê-lo como concreto, empírico, existencial, fecundo, histórico, não dogmático, racional e relativo. O filósofo da educação desanca a dicotomia entre o “saber popular” e o “saber especializado”, galivando elementos para uma racionalidade informacional que não se concretizará, caso seja perpetrada pela consciência ingênua (VIEIRA PINTO, 1993; FÁVERI, 2014).

Vieira Pinto persistiu no pensamento de um ato político-pedagógico orientado para um projeto nacional-desenvolvimentista soberano, ao meditar sobre a relação do homem com o mundo, o ser no mundo e o ser aí que transforma a natureza - o que está ao alcance de suas mãos, por meio do seu trabalho, definição de amannualidade. Engenhou os fundamentos de uma antropologia da educação brasileira, idealizando uma teoria da educação compromissada com o desenvolvimento nacional e com a emancipação das massas trabalhadoras, a fim de constituir e veicular entre as mesmas, a ideologia do desenvolvimento, enquanto forma de superação da escravização do ser humano e da nação. Desse modo, a teoria educacional se transfigura num instrumento de libertação humana e nacional, quando é fabulada pela própria nação aviltada e oprimida. Uma educação que postula um caráter libertador, faz de sua *práxis* quotidiana, objeto de construção do saber para a compreensão do mundo e a sua transformação.

Por intermédio da apropriação intelectual da obra de Vieira, interpelamos-nos acerca dos contributos da instituição escolar ao processo de libertação das massas trabalhadoras, chegando à conclusão que, uma escola com esse desígnio, postula uma *práxis* sócio-situada que produza efeitos concretos no território em que ela inscreve as suas ações pedagógicas. Refletindo-se sobre os diversos atores sociais que permeiam o espaço escolar, focalizamos nos corpos docente e discente. O segundo representa a sociedade que vem à escola, enquanto o primeiro, ao tornar-se ciente desse processo, vincula-se ao educando, com o desígnio de refletir acerca das questões sociais. Na medida em que constroem conhecimentos, aprimoram a percepção sobre si e o mundo, por meio da melhoria qualitativa das representações sociais que conseguem engendrar, conforme o seu aprendizado (VIEIRA PINTO, 1993; FÁVERI, 2014).

Compreendemos tais fenômenos enquanto “atos intencionais da consciência” que se apropriam do conhecimento produzido, (de)codificando-o [representação] com tenção na inovação do quotidiano direta e (i)mediatamente vivido. Ao efetuarem esse percurso educativo, acionando o quebra-cabeças dos equipamentos escolares, os agentes do processo educacional, notadamente os quadros do magistério, constituem um conhecimento mais elaborado do e no contexto sócio-histórico e cultural, de maneira a influir assertivamente nas *práxis* sociais locais das espacialidades em que atuam. Dessa forma, as representações, as operações lógico-dialéticas e linguístico-cognitivas, gradualmente se espraiam para outros contextos, de modo a influir na produção do pensamento e das ações sociais de outras comunidades, aprimorando, cada vez mais, o nível de consciência individual e coletivo, de forma a tornar robustas a sua orientação ideológica e as ações transformadoras, com o intuito de engajamento na luta social pela emancipação da nação brasileira enquanto totalidade. Finalmente, o ponto de partida de uma educação nacionalista e emancipatória seria a situação sócioindividual que, ao conceber a sua contextura de imersão, constrói para si a possibilidade de interpretação crítica das situações locais e nacional, operando como um estimulante da vontade de se inserir numa luta ainda maior em prol da libertação do povo (VIEIRA PINTO, 1960, 1993; FÁVERI, 2014).

Uma educação realmente libertária do ser humano e da nação, deve levar em consideração uma incondicional abertura social dos agentes educacionais, com a intenção de compreender a situação sócioeconômica e política local, visando se conectar à totalidade nacional das políticas instauradas. O estopim desse processo se inicia pela formação individual, ao estimular a percepção de si e da situação real as quais circunscrevem a sua vida quotidiana, intersubjetivando experiências compartilhadas na produção da existência. Posteriormente, com o avance dos processos formativos e da ampliação da intersubjetividade, os indivíduos principiam a compreender que uma situação local está vinculada à totalidade situacional da nação que, por sua vez, está enlaçada a uma situação universal. Esse trajeto do processo formativo amolda, nos indivíduos, uma consciência sobre o “ser em situação” e a sua “situação contextual” propriamente dita.

Tendo em vista a ampliação da visão da consciência, começa a entender que o local está vinculado à realidade nacional e, da mesma forma, alarga e aprofunda o seu *cogito*, inclusive os seus horizontes sobre a nação. Daí, decorre-se uma percepção de totalidade de si e do mundo, em que são produzidas e efetivadas a sua existência. Desse modo, as massas trabalhadoras e oprimidas são estimuladas, mediante atos de consciência, a enveredarem na peleia pelo processo de libertação da nação. Por isso, a opressão é uma condição objetiva, material, concreta, sócioeconômica, histórica e culturalmente situada. Condição sem a qual não se constroi a consciência dos oprimidos, postulando um compromisso coletivo pela luta em defesa da libertação nacional. Tal consciência pode chegar a um projeto internacional de emancipação das nações oprimidas do sul global e das classes exploradas pelo imperialismo norteamericano, europeu ocidental e sionista. Assim, a compreensão teórica e o viés prático para encampar uma luta por um projeto de libertação nacional ultrapassam os contextos regionais e nacionais, tencionando auferir a dimensão da universalidade (VIEIRA PINTO, 1993; FÁVERI, 2014).

O papel do educador consiste em engendrar, ao longo de um percurso formativo, uma estrutura de pensamento tão dinâmica quanto são os imponderá-

veis da vida real. Isso importa salvaguardar de forma sinérgica um intercâmbio inter e transsubjetivo entre os educadores e os educandos, num mesmo processo formativo, capaz de refletir sobre e desde o rés-do-chão ou o local da existência diretamente vivida, isto é, o *locus* em que se realizam as práticas sociais de (re) produção sócio-metabólica da vida, enquanto *topos* onde são construídas as relações sociais, com destaque para as laborais, sendo assim, bem possível elevar o nível crítico das formas de consciência.

Consequentemente, propugna-se por uma educação em cuja centralidade esteja um pensar histórico- crítico e reflexivo, coerente, sistemático, de conjunto, autêntico e dialético, a despeito de uma educação bancária que acentue fórmulas de pensamento cujo caráter é linear, transmissor de conteúdos, passivo, receptivo e, por conseguinte, reproduzidor do saber estreitamente lógico-formal ou algo ainda pior, ilógico, puramente ideológico e não-formal, responsável por um conteúdo importado, alheio à realidade nacional e que promove a constituição de uma consciência alienada, inautêntica, emudecendo o ato de educar, ao restringi-lo a uma experiência que imobiliza o pensamento e o ser humano, inviabilizando quaisquer comprometimentos deste com projetos de (auto)emancipação da nação, quando requerida uma mobilização nacional (VIEIRA PINTO, 1993; FÁVERI, 2014).

A proposta de educar o ser humano para um pensar dialético, colaciona o “eu penso” para a construção de um “nós pensamos”, realizando no educador e no educando envolvidos no projeto de emancipação nacional, um afluxo de ideias que possibilite a dinamicidade da consciência nos processos de aprendizado e nos contextos de trabalho, estimulando-a para uma transformação continuada em direção à criação de ideias com enfoque na tomada de decisões suscetíveis de empreender ações concernentes e compatíveis, com o escopo de contribuir para a efetiva realização ou continuidade do projeto nacional de libertação, por intermédio do desenvolvimento social.

CONCLUSÃO

Conforme já dissemos, este livro é fruto de uma adaptação de um texto monográfico efetuado para a Licenciatura em Filosofia da UFES, realizado pelo seu autor, em suas férias docentes, na terceira semana de julho de 2022. Período ainda de pandemia do novo corona vírus (SARS-CoV-2) e de vigência no país de uma governança de extrema direita e neoliberal, realizada num período pós-golpe de Estado e formalmente legitimada por eleições pandilhadas por crimes eleitorais do fascismo à brasileira, operações psicológicas [*psyops*] contra a maioria da população, o uso de algoritmos nas redes sociais e os disparos em massa de *fake news*.

Estado de coisas decorrente de um condomínio entre uma fração hegemônica da burguesia brasileira e o estamento militar, sob a batuta do ultraimperialismo norteamericano e do capital corporativo transnacional. Ao final desse ano, avizinhar-se-iam as eleições, onde haveria uma polarização entre dois projetos de país. Por um lado, haveria a continuidade da extrema-direita no poder, que representaria o desmonte do Estado, a desnacionalização dos ativos nacionais, a barbárie, o negacionismo científico, a devastação ambiental, a superexploração da classe trabalhadora, o etnocídio dos povos indígenas. Por outro, um plano de reconstrução e transformação nacional, encampado pelo Partido dos Trabalhadores, com a retomada de um projeto político com um conteúdo minimamente nacional, soberano, industrializante, focalizado em políticas e direitos sociais, visando o desenvolvimento econômico e social da nação.

Neste contexto, reflexionamos sobre um projeto filosófico de educação para o Brasil, a partir de uma perspectiva [neo]nacional social e desenvolvimentista, inspirado no pensamento crítico do filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, focalizando nas obras: *Consciência e realidade nacional* (1960), *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956) e *Sete lições sobre educação de adultos* (1993), ao instrumentalizar as categorias: historicidade, objetividade, racionalidade, to-

talidade, autenticidade, existência e liberdade, necessárias à reflexão sobre os mecanismos endógenos de uma consciência crítica, propulsora de um processo de desenvolvimento nacional e de um projeto de emancipação popular, a partir do solo de nosso país, um Estado-nação com economia de capitalismo dependente, situado na América do Sul, onde se fala a língua portuguesa.

No primeiro capítulo, efetuamos alguns apontamentos sobre a biografia do autor. Em resumo, um filósofo brasileiro de matriz intelectual liberal, progressista e antiimperialista, sendo um dos principais ideólogos do nacionalismo-popular e do desenvolvimentismo soberanista no ISEB, profundamente influenciado por correntes filosóficas, tais quais, a fenomenologia - sobretudo a hegeliana, o existencialismo e a hermenêutica. No segundo, descrevemos, de forma módica, a sua sociologia do subdesenvolvimento ou do vale de lágrimas que contextualiza a situação dos e nos países periféricos, enfatizando o caso brasileiro. Sociologia que atribui ao proletariado nacional, estimulado por uma ideologia desenvolvimentista e formulada por uma intelectualidade orgânica, a tarefa histórica de promover um desenvolvimento econômico centrado na soberania nacional, na economia popular e marcado pela equidade social.

No terceiro, abordamos como uma consciência histórico-crítica e reflexiva pode, ao ser induzida pela sobrecitada ideologia desenvolvimentista, estabelecer um projeto nacional de desenvolvimento que arranque o país periférico de sua condição de subdesenvolvimento, com escopo em sua libertação nacional e emancipação coletiva, discretizando o conceito de desenvolvimento esposado pelo autor em enfoque. Já no quarto, avalizamos o formato das teorias educacionais necessárias à formação do ser humano e à aquisição da consciência crítica, esboçando a antropologia filosófica do autor e a sua *práxis* pedagógica na formação de educadores e educandos, desde uma razão lógico-dialética, histórica, crítica, materialista, reflexiva, sincrônica, diacrônica autêntica, ética, poiética, contextual e sóciosituada.

Finalmente, durante o transcurso dos quatro capítulos que contém esse trabalho, propusemo-nos a pincelar sobre um determinado conjunto de três ques-

tões, basicamente: uma sociologia do subdesenvolvimento da periferia do sistema-mundo, uma teoria do desenvolvimento nacional e uma te(le)ologia da emancipação do povo que, inexoravelmente, perpassa por uma *práxis* pedagógica, pespegada de uma forte orientação políticoideológica, sem maiores aprofundamentos, em razão das limitações do escopo de um trabalho de monografia, voltado para um curso de Licenciatura em Filosofia e desenvolvido em tempo muito exíguo, idealizando realizar considerações mais meticolosas, em momento mais oportuno, adiante.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Disponível em: < [https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideol c3b3gicos-do-estado.pdf](https://politica210.files.wordpress.com/2014/11/althusser-louis-ideologia-e-aparelhos-ideol%20c3b3gicos-do-estado.pdf)>. Acesso em 16 de julho de 2022.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2008.
- BADIOU, Alain. **O Ser e o Evento**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2008.
- BARTHES, Roland. **S/Z**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- BASTOS SILVA, G. **Educação e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRASIL. DECRETO Nº 37.608 de 14 de julho de 1955. Institui no MEC o ISEB.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil:1930-1964**. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- _____. O conceito de desenvolvimento do ISEB revisitado. Trabalho apresentado ao **IX Encontro Nacional de Economia Política**, Uberlândia, 8 a 11 de junho de 2004. Disponível em: [http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2017%20-%20Econo mia%20Pol%C3%ADtica%20do%20Desenvolvimento%20II/O%20Conceito%20Desenvol%20do%20ISEB.pdf](http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2017%20-%20Econo%20mia%20Pol%C3%ADtica%20do%20Desenvolvimento%20II/O%20Conceito%20Desenvol%20do%20ISEB.pdf)
- CORBISIER, R. **Formação e problema da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- CÔRTEZ, N. **Esperança e democracia**. As ideias de Álvaro Vieira Pinto. Belo Horizonte: ED.UFMG, 2002.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia literária, 2017.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução de Paulo Neves. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **La modernidad de lo barroco**. 1. ed. México: Era, 1998.

FAVERI, J. E. Álvaro Vieira Pinto. **Contribuições à educação libertadora de Paulo Freire**. São Paulo: LiberArs, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 3. ed. São Paulo: Zahar, 1975.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GIRALDELLI Jr., P. **A importância das políticas de ação afirmativa**. Disponível em: <<http://bertonesousa.wordpress.com/2013/02/21/a-importancia-das-politicas-deacao-afirmativa/>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

GOMES, C. **Projeto nacional: o dever da esperança**. São Paulo: Ed. Leya, 2019.

GOMES, R. **Crítica da razão tupiniquim**. 11 ed. São Paulo: FTD, 1994.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUERREIRO RAMOS, A. **Condições sociais do poder nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

IANNI, Octavio. **Cultura e Imperialismo**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

JAGUARIBE, H. **Condições institucionais do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Martin Claret, 2004.

LEVINAS, Emmanuel. **Entre Nós: Ensaio sobre a Alteridade**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1993.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre a Dialética Marxista**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Disponível em: <https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. v.1.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MENDES ALMEIDA, C. A. **Perspectiva atual da América Latina**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plano de reconstrução e transformação do Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

RANGEL, I. **Dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

ROUX, J. **Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

SAID, Edward W. **Imperialismo e Cultura**. Tradução Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1987.

_____. **Questão de método**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1979.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem Pagou a Conta**. Tradução de Maria Luísa Neves. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOARES, Luis Eustáquio. **O ultraimperialismo dos EUA e as duas Guerras Frias**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-ultraimperialismo-dos-eua-e-as-duas-guerras-frias/>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

VIEIRA PINTO, A. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

_____. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

_____. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Sociologia dos países desenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. California: Academic press, 1974.

ANEXO I – Resumo da monografia que ensejou o livro

Esta monografia anseia (ex)cogitar um projeto filosófico de educação para o Brasil, numa direção [neo]nacional social e desenvolvimentista, haurindo de categorias do pensamento crítico de Álvaro Vieira Pinto e de sua razão dialética, empregada sobretudo nas obras: *Consciência e realidade nacional* (1960), *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956) e *Sete lições sobre educação de adultos* (1993), a fim de refletir sobre uma teoria da educação e uma *práxis* pedagógica para a formação da classe trabalhadora, com vistas à aquisição de consciência individual e coletiva críticas, com o escopo de promover o desenvolvimento social, a soberania popular e um projeto de emancipação do povo brasileiro das mazelas do subdesenvolvimento, da pobreza, da miséria e da opressão social.

Palavras chave: nacional desenvolvimentismo; emancipação social; educação; subdesenvolvimento; filosofia brasileira.

ANEXO II – Projeto de pesquisa feito em 2021 que originou a monografia no ano seguinte

Autor: Vinícius de Aguiar Caloti

Título do projeto: Uma concepção filosófica de educação com vistas a um projeto de brasil (neo)nacional, social-desenvolvimentista, inspirado em Álvaro Vieira Pinto.

Observações: Projeto de TCC apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2021, como requisito para a obtenção da nota final da disciplina “Monografia 1”, feita sob orientação do Profº Me. Maurozan Soares Teixeira. Obviamente, entre a confecção deste projeto e a construção da referida Monografia orientada pelo Profº Drº Antônio Vidal Nunes há uma assimetria, muito comum entre projetos de trabalhos científicos e os textos científicos advindos de um processo de pesquisa.

1. Apresentação da problemática de pesquisa

Poderíamos afirmar que um projeto nacional de desenvolvimento guarda relação com a configuração de políticas econômicas centradas no crescimento e na qualificação da produção industrial, com escopo na “produção do valor” (MARX, 2011) ou na criação de riquezas, a partir da constituição de infraestruturas sociais e econômicas, por meio da intervenção do Estado na economia, partindo-se de uma concepção de economia política keynesiana, não obstante as estruturas de “subdesenvolvimento” brasileiras (VIEIRA PINTO, 1960; FURTADO, 2009) ou a sua inserção num contexto de “capitalismo dependente periférico” (MARINI, 2021), desde uma economia internacional globalizada ou uma forma de “capitalismo mundial integrado” (WALLERSTEIN, 1974).

A condição *sine qua non* à impressão de um projeto (neo)nacional-desenvolvimentista no Brasil é uma concepção de educação com enfoque no processo de desenvolvimento, seja em meados do século XX, conforme o idealizado por próceres da *intelligentsia* progressista brasileira, assim como em:

Condições sociais do poder nacional (1957) em Guerreiro Ramos, *Formação e problema da cultura brasileira* (1960) em Roland Corbisier, *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1960) em Vieira Pinto, *Perspectiva atual da América Latina* (1960) em Mendes de Almeida, *Condições institucionais do desenvolvimento* (1958) em Hélio Jaguaribe, *Educação e desenvolvimento nacional* (1958) em Bastos Silva, *Dualidade básica da economia brasileira* (1958) em Ignacio Rangel, a partir de instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); ou mesmo no primeiro quartel do século XXI, mediante a aplicação de perspectivas mais coetâneas, bem como em: *Plano de reconstrução e transformação do Brasil* (2020) da Fundação Perseu Abramo [vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT)], *Projeto nacional: o dever da esperança* (2019) de Ciro Gomes (PDT), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (2009) em Celso Furtado, *A era do capital improdutivo* (2017) em Ladislau Dowbor, *Desenvolvimento e crise no Brasil* (2003) em Bresser-Pereira.

A ideia de desenvolvimento nacional torna quase indiscerníveis e pertinentes questões tais quais: educação, ideologia, identidade e cultura nacional, consciência social, desenvolvimento e realidade nacionais. Cientes de que, enquanto sociedade, se quisermos engendrar um projeto eficaz de desenvolvimento do Estado-nação brasileiro, será necessária a formulação de uma proposta de educação social dirigida não somente à qualificação funcional das grandes massas populares para a sua inserção no mercado de trabalho, mas também uma educação ideologicamente orientada à constituição de uma consciência sócio cultural brasileira, crítica

ao processo histórico e ao metabolismo nacional, uma “consciência [fenomenologicamente] autêntica” (VIEIRA PINTO, 1960), reflexiva quanto aos seus traços identitários e fatores culturais, enfim uma “consciência em si” e “para si” (VIEIRA PINTO, 1960) que se concebe como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), imbuída de um destino nacional compartilhado.

Desse modo, a nossa proposição de investigação anseia delinear as configurações de uma concepção filosófica de educação, com vistas a um projeto (neo)nacional,

social e desenvolvimentista, inspirado nos estudos acadêmico-teóricos, filosóficos e epistêmicos de Álvaro Vieira Pinto. Da mesma forma, indagamo-nos acerca dos contornos de sua concepção nacional-desenvolvimentista e da configuração da consciência social autêntica apresentada na obra desse filósofo brasileiro, partilhando da premissa que é necessário proceder à formulação de um projeto educacional, imbuído de uma forte orientação político-ideológica com o propósito de mobilizar socialmente as massas para esse *telos*.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Delinear uma concepção filosófica de educação, a partir de um projeto (neo) nacional, social e desenvolvimentista para o Brasil, inspirado no pensamento de Álvaro Vieira Pinto.

1.4.2 Objetivos Específicos

Definir a acepção de projeto nacional-desenvolvimentista de Álvaro Vieira Pinto, consoante os lineamentos encontrados em sua obra e, por conseguinte, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Delinear a concepção filosófica de educação esboçada na obra de Vieira Pinto.

Atualizar esse corpo acadêmico-teórico, filosófico e epistêmico, tendo-se em mira um projeto (neo)nacional, social e desenvolvimentista para o Brasil atual.

1.5 Justificativa

Segundo Vieira Pinto (1960), o processo de desenvolvimento nacional guarda relação com o nível de consciência que a nação tem de si mesma, o que postula analisar as “representações sociais” (MOSCOVICI, 2003) sobre a realidade nacional. De mais a mais, os fatores ideológicos corroboram com o processo de desenvolvimento, logo o desenvolvimento (a essência) pressupõe a consciência (a existência), exurgindo aprioristicamente como ideia e depois como plano de

ação, antes de vir a ser ou devir ação social. No momento oportuno em que a compreensão da interação entre os fatores ideológicos e os elementos objetivos se desvelar claramente à consciência históricossocial, a ideia de desenvolvimento assumirá a condição de processo. Ora, o que supostamente define a condição desse processo para Vieira Pinto (1960) seria a sinergia das iniciativas promotoras de progresso por um projeto nacional consciente. Projeto que, simultaneamente, desencadeará a representação e a vontade da ação, modulando um fator produtor do desenvolvimento.

Assim, o projeto é ideológico, visto constituir-se como um resultado da conscientização da realidade social e da *realpolitik*, a partir dos quais se aduz como oportuno e viável, enfim um propósito que a sociedade concebe em relação a si, em si e para si mesma. Eis a razão pela qual nos parece lícito asseverar que os fatores ideológicos concorrem para a condução do processo. A consciência do desenvolvimento se afigura em apenas um ato, representação da realidade e origem de transformações sociais, duas facetas inseparáveis, necessárias à formulação da teoria do desenvolvimento nacional (VIEIRA PINTO, 1960).

No período de 2015-2016, assistimos a configuração de um golpe jurídico-político, parlamentar, midiático e policial autoritário que resultou no *impeachment* da Presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff (PT), sem haver crime de responsabilidade. Golpe posteriormente ratificado pela ascensão do bolsonarismo, amparado em difusão de *fake news*, disparos em massa, “agenciamento coletivo de enunciados” (DELEUZE, GUATTARI, 2008) conjugando-se a mídia de massas e a massa de mídias que instaurou um regime político “neofascista à brasileira” e ultraliberal no sentido econômico que está a promover a destruição dos direitos sociais e econômicos da classe trabalhadora, a destruição do Estado brasileiro, a alienação dos ativos que compõem o patrimônio público nacional ao capital corporativo transnacional, a desindustrialização e a elisão dos postos de trabalho na “economia real”, o corte na carne das políticas sociais implementadas nos governos anteriores, o desmatamento da região amazônica, o genocídio

da nossa população, em função da inação perante o sars-cov-2, conjugado com o negacionismo científico da doença etc

Anelamos pelo fim desse ciclo político de desmonte dos direitos humanos, demolição do Estado, arrasamento da economia produtiva nacional, agravamento da pobreza, miséria, desigualdade social e do desemprego massivo. Em nossa aceção, somente um projeto neonacional, social e desenvolvimentista poderá promover a reconstrução nacional e a transformação das estruturas sociais, garantindo a retomada do crescimento da economia brasileira e os investimentos em políticas sociais. De 2003 a 2015, p. ex., nas gestões do Partido dos Trabalhadores experienciamos a aplicação de um modelo neonacionaldesenvolvimentista muito tímido, o que salvaguardou um ciclo de desenvolvimento econômico e social, incrementando alguns indicadores de desenvolvimento humano (IDH): 1. o salário mínimo obteve um aumento real de 76% (CNTRV, 2016); 2. o crescimento real da renda do conjunto da população chegou a 38%; 3. a presença de negros na Universidade cresceu 268%; 4. a mortalidade infantil caiu 45% no mesmo período; 5. 10 milhões de novas famílias das regiões Norte e Nordeste passaram a ter acesso à água de qualidade; 6. o acesso à energia avançou sete vezes mais rápido entre os 5% mais pobres (SUL 21, 2017); 7. o Brasil chegou a ser a 6^a maior economia do mundo em 2011, desbancando a Grã-Bretanha; 8. o coeficiente Gini do Brasil, nos cálculos do Banco Mundial, passou de 58,6, em 2002, para 52,9, em 2013 (BBC Brasil, 2016)⁶.

Enfim, é por essas dentre outras razões que ansiamos estudar o nacional-desenvolvimentismo e um projeto filosófico educacional neste contexto, a partir da obra de Álvaro Vieira Pinto, uma vez que este foi um homem de Estado, um intelectual brasileiro perfilhado à esquerda hegeliana, imbuído de um pensamento liberal, progressista e um dos ideólogos expoentes do ISEB que influenciou dois grandes filósofos da educação brasileira, Paulo Freire e Demerval Saviani.

⁶ Tais estatísticas outrora foram citadas e referenciadas neste texto.

2 Descrição do referencial teórico

Conforme sobreargumentamos, o processo de desenvolvimento nacional estabelece relações com os graus de consciência que uma nação apresenta de si, com as variáveis ideológicas que convalidam o processo de desenvolvimento e com a consciência *sine qua non* que exsurge *pari passu* como ideia, plano de ação, *a posteriori* tornando-se ação social. Dessarte, todo projeto é ideológico, uma vez configurar-se como um dos produtos da conscientização da realidade social, propendendo a uma consciência autêntica, crítica em si e para si, no avanço do curso do processo histórico (VIEIRA PINTO, 1960).

Para Vieira Pinto (1960), fenomenologicamente a consciência não apresenta uma existência em si, independente, desdobrada da coisa que representa, constituindo-se como consciência de algo que caminha na direção d'aquilo que é o seu objeto de cognição, a cada instante, afigurando-se *stricto sensu* no momento de representá-lo, apresentando-o. Ela não o configura como existente ato de conhecê-lo, instituindo-se a si mesma, mediante esse ato. Só assim, por intermédio da percepção, constitui representação subjetiva de alguma coisa deveras objetiva. Neste âmbito, o filósofo brasileiro discerne a “consciência ingênua” da “consciência crítica”, afirmando que a primeira não seria consciente dos fatores ou elementos que a determinam, enquanto a segunda extrai as categorias analíticas da concepção histórica da realidade social com as quais aprecia a fenomenalidade do real, estando apta a erigir a ideologia do desenvolvimento, extratando daí noções universais que a formatam como autêntica (VIEIRA PINTO, 1960).

A consciência crítica é um elemento imprescindível para se estabelecer um processo de transformação social que venha arrebatrar o Brasil do estado de subdesenvolvimento econômico, devendo ser colacionada com a constituição de uma ideologia que deverá estar, deste modo - vinculada, compreendida e incorporada às massas, a fim de desencadear um movimento social (uma mobilização das massas), enfatizando-se o desenvolvimento econômico, de maneira a possibilitar

a comunidade nacional ascender a um outro plano de existência sócio-histórica. Essa perspectiva é franqueável a todos os países economicamente subdesenvolvidos, submersos no estado de primarismo econômico ou atados à muleta agro-primária, extrativista e exportadora, com o propósito de encetar nesse “real em repetição contínua” novos fatores causais, a fim de engendrar “o mais-ser do futuro em relação ao ser do presente” (VIEIRA PINTO, 1960).

Segundo Vieira Pinto (1960), a educação a ser propagada, precifica-se na medida idêntica do desenvolvimento nacional. Ela não precede tal processo de desenvolvimento, realizando-se paralelamente, numa tensão dialética que os condiciona mutuamente. A substância efetiva da educação requerida pela fase em que se encontra o processo nacional é o que configura a cultura social. Em suma, o processo de desenvolvimento social fabula os conteúdos autênticos da cultura, aqueles que, para cada etapa, devem constituir a matéria ou a substância da educação. Contudo, simultaneamente, a educação reage sobre o processo em decurso, podendo retardá-lo, na pior das hipóteses, ou mesmo acelerá-lo, na melhor delas.

A questão que nos importa demarcar neste projeto de pesquisa é a função da educação como um imperativo categórico kantiano no empenho de transformação nacional. Consoante Vieira Pinto (1960), a educação é sobretudo uma questão sociológica com que o filósofo adjutora um esclarecimento categorial. Educar para o desenvolvimento, em sua acepção, diz respeito a despertar no educando um novo modo de sentipensar a existência, perante as condições nacionais com que se defronta, possibilitando-lhe a compreensão de sua imanente relação com a história do seu país. Um país que necessita do concurso das forças sociais e do trabalho individual-coletivo, para abandonar o seu estado de atraso e letargia. Assim, o nosso estudante precisa compreender que a aquisição do saber não apenas promove a sua realização profissional e ascensão social, mas também contribui para um esforço coletivo de transformação da realidade.

3 Descrição da metodologia

Com o escopo de debuxar um modelo filosófico de educação para um projeto (neo)nacional, social e desenvolvimentista, a partir da obra de Álvaro Vieira Pinto, investigaremos sobretudo os dois volumes de *Consciência e realidade nacional* (1960) e *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1960), utilizando o método existencialista sartriano, definido na obra *Questão de método* (1979), ou seja, um método materialista, histórico, heurístico, progressivo-regressivo, portanto dialético, visando cogitar sobre as configurações da produção da obra filosófica de Vieira Pinto no seio da estrutura e da conjuntura sócio-histórica, política, econômica e cultural do Brasil atual, quanto o reverso, ou seja, como o referido arranjo é apresentado e representado no respectivo artefato cultural.

O método existencialista [...] quer permanecer heurístico. Não terá outro meio senão o “vaivém”: determinará progressivamente a obra literária [...], aprofundando a época [processo sóciohistórico], e a época, aprofundando a obra literária [...]. Longe de procurar integrar logo uma à outra, mantê-las-á separadas até que o envolvimento recíproco se faça por si mesmo e ponha um termo provisório na pesquisa. [Assim] Tentaremos determinar na época o campo dos possíveis [...] (SARTRE, 1979, p. 170-171)

Em relação aos procedimentos técnicos empregados, utilizaremos a pesquisa bibliográfica para melhor nos apropriarmos da produção de Vieira Pinto, inclusive de informações sobresselentes acerca do modelo desenvolvimentista isebiano e do (neo)nacional, socialdesenvolvimentismo concebido no tempo presente, com vistas a cotejar o autor e a sua obra aos desafios de nosso momento sócio-histórico.

4 Recursos e cronograma

As atividades a serem realizadas para o cumprimento de nossa pesquisa compendiar-se-ão às leituras e à confecção de fichamentos de obras acadêmico-teóricas, filosóficas e científicas, com o propósito de adquirir capitais cognitivo-intelec-

tual, cultural, simbólico e epistemológico, desde uma acepção empregada por Pierre Bourdieu (2004) e com a finalidade de promover um *brain storm* necessário à confecção da investigação, análise e escritura do trabalho de conclusão de curso.

4.1 Recursos

Por ser uma pesquisa bibliográfica, a nossa investigação não utilizará quaisquer recursos públicos ou privados.

4.2 Cronograma

De uma forma sinóptica, apresentamos nas tabelas infracitadas, as atividades a serem realizadas e, em seguida, o seu respectivo cronograma.

Atividades

Lista de atividades
1- Revisão teórica
2 – Produção de resumos, fichamentos e resenhas críticas.
3 – Escritura do trabalho de conclusão de curso.
4 – Defesa da monografia

Cronograma (junho a outubro de 2021)

Atividade	junho	julho	agosto	setembro	outubro
1	1	1	1		
2	2	2	2		
3	3	3	3		
4	4				

Referências

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2008.
- BASTOS SILVA, G. **Educação e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1964**. 5. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- CORBISIER, R. **Formação e problema da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia literária, 2017.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- GUERREIRO RAMOS, A. **Condições sociais do poder nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- GOMES, C. **Projeto nacional: o dever da esperança**. São Paulo: Ed. Leya, 2019.
- JAGUARIBE, H. **Condições institucionais do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/plugin_file.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2021.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011. v.1.
- MENDES ALMEIDA, C. A. **Perspectiva atual da América Latina**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Plano de reconstrução e transformação do Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

RANGEL, I. **Dualidade básica da economia brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

SARTRE, J. P. **Questão de método.** 4.ed. São Paulo: Difel, 1979.

VIEIRA PINTO, A. **Consciência e realidade nacional.** Rio de Janeiro: ISEB, 1960. v.1.

____. **Ideologia e desenvolvimento nacional.** Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System I:** Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. California: Academic press, 1974.

SOBRE O AUTOR

Vinícius de Aguiar Caloti



Doutorando em História Social (PPGHS) pela UERJ, Mestre em Humanidades pelo IFES, Graduado em Ciências Sociais e Filosofia pela UFES. Professor autista da educação pública capixaba.

ÁLVARO VIEIRA PINTO E A EDUCAÇÃO NACIONAL SOBERANA

www.terried.com
contato@terried.com
(55) 99656-1914

